

PROGRAMA JUSTIÇA PLURAL

# MANUAL DE REDAÇÃO





# **PROGRAMA JUSTIÇA PLURAL**

# **MANUAL DE REDAÇÃO**

MARÇO DE 2026



## **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA — CNJ**

*Presidente*

**Ministro Luiz Edson Fachin**

*Corregedor Nacional de Justiça*

**Ministro Mauro Campbell Marques**

*Conselheiras e conselheiros*

**Jaceguara Dantas da Silva**

**Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha**

**Fabio Francisco Esteves**

**Guilherme Guimarães Feliciano**

**Silvio Amorim Junior**

**João Paulo Santos Schoucair**

**Marcello Terto e Silva**

**Ulisses Rabaneda dos Santos**

**Daiane Nogueira de Lira**

**Rodrigo Badaró**

*Secretária-Geral*

**Clara da Mota Santos Pimenta Alves**

*Secretário de Estratégia e Projetos*

**Paulo Marcos de Farias**

*Diretor-Geral*

**Bruno César de Oliveira Lopes**

---

*Secretária de Comunicação Social*

**Gabriela Guerreiro**

*Coordenadora de Imprensa*

**Andréa Lemos**

*Coordenador de Mídias*

**Jônathas Seixas**



**PROGRAMA DAS  
NAÇÕES UNIDAS PARA  
O DESENVOLVIMENTO  
— PNUD BRASIL**

*Representante Residente*

**Claudio Providas**

*Representante Residente Adjunta*

**Elisa Calcaterra**

*Representante Residente Assistente e  
Coordenadora da Unidade de Programa*

**Maristela Baioni**

*Chefe de Operações para o Brasil*

**Caroline Brito Fernandes**

*Coordenadora da Unidade  
de Governança e Justiça para  
o Desenvolvimento*

**Andréa Bolzon**

*Gerente Sênior do*

*Programa Justiça Plural*

**Júlia Matravolgyi**

*Analista de Projetos de Justiça e Inovação*

**Luciana Freitas**

*Associadas e associados  
de Gestão de Projetos*

**Anna Clara Monjardim**

**Isabella Moura**

**Tiago Sousa**

**Vitor Martins**

*Assistentes de Programa Justiça Plural*

**Laís Lima**

**Laura Gonçalves de Lima**

**Mariana Sidersky**

**Thaís Loureiro Duarte Gonzales**

*Auxiliares Especialistas em Gestão*

**Alan Rodrigues**

**Deuzite Cunha**

**Joyce Grasielle Fonseca**

*Coordenador de Comunicação*

**Luciano Milhomem**

## **PROGRAMA JUSTIÇA PLURAL — GESTÃO CNJ**

*Secretária-Geral*

**Clara da Mota Santos Pimenta Alves**

*Juíza Auxiliar da Presidência*

**Adriana Meireles Melonio**

*Gerente de Projetos da Secretaria-Geral*

**Natália Albuquerque Dino  
de Castro e Costa**

## **PROGRAMA JUSTIÇA PLURAL**

*Coordenadora-Geral*

**Tatiana Whately de Moura**

*Coordenadora-Geral Adjunta*

**Polliana de Andrade e Alencar**

*Coordenador Técnico*

**Vinicius Couto**

*Coordenadora Técnica Adjunta*

**Zuleica Garcia de Araújo**

*Coordenadora de Pesquisa*

**Carine Santos**

*Coordenadora de Capacitações e  
Gestão do Conhecimento*

**Tamires Souza**

*Coordenadora de Comunicação*

**Sâmia Bechelane Cordeiro de Melo**

## **FICHA TÉCNICA**

*Autoria*

**Gabriela Amorim**

*Coautoria*

**Jéssica Chiareli**

**Raquel D'Albuquerque**

*Revisão técnica*

**Sâmia Bechelane Cordeiro de Melo**

**Jéssica Chiareli**

**Lali Mariáh Ferraz da Fonseca Mareco**

**Ana Luísa Oliveira**

**Demian Takahashi**

**Gabriella de Azevedo Carvalho**

**Raquel D'Albuquerque**

*Revisão textual*

**Sâmia Bechelane Cordeiro de Melo**

**Gabriela Amorim**

*Projeto gráfico e diagramação*

**Demian Takahashi**

#### FICHA CATALOGRÁFICA

---

C755p

Conselho Nacional de Justiça.

Programa Justiça Plural : manual de redação / Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. – Brasília: CNJ, 2026.

63 p.

ISBN: 978-65-5972-232-7

1. Linguagem 2. Padronização 3. Comunicação I. Título.

CDD: 340

---



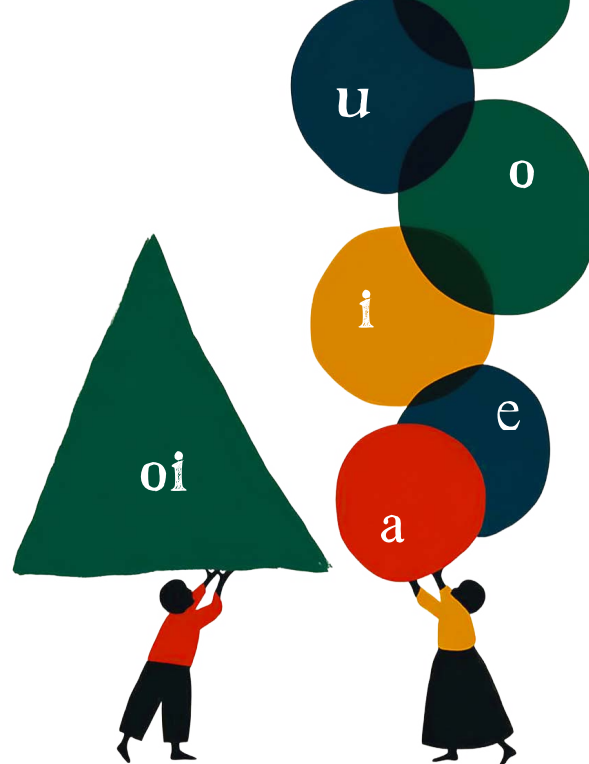
# SUMÁRIO

|          |                                            |           |
|----------|--------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>                          | <b>8</b>  |
| <b>2</b> | <b>LINGUAGEM</b>                           | <b>10</b> |
| 2.1      | Linguagem simples                          | 12        |
| 2.2      | Escrita inclusiva                          | 16        |
| 2.3      | Texto jornalístico                         | 19        |
| <b>3</b> | <b>ELEMENTOS DE ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA</b> | <b>22</b> |
| 3.1      | Grafia                                     | 24        |
| 3.2      | Pontuação                                  | 28        |
| 3.3      | Sintaxe                                    | 30        |
| <b>4</b> | <b>PADRONIZAÇÕES</b>                       | <b>33</b> |
| 4.1      | De texto                                   | 35        |
| 4.2      | De formatação                              | 40        |
| 4.2.1    | Sistema Autor-Data                         | 42        |
| 4.2.2    | Sistema numérico                           | 52        |
| 4.2.3    | Sumário                                    | 53        |
| 4.2.4    | Gráficos, tabelas e imagens                | 54        |
| 4.2.5    | Boas práticas para visualização de dados   | 56        |
| 4.3      | Boas práticas de acessibilidade            | 58        |
|          | <b>BIBLIOGRAFIA</b>                        | <b>61</b> |

(1)

# INTRODUÇÃO





**E**ste *Manual de Redação* foi criado com o objetivo de auxiliar a escrita dos diversos tipos de texto produzidos no âmbito do Programa Justiça Plural (JusPlu), uma iniciativa de cooperação internacional entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Construído pela Coordenação de Comunicação com o apoio de outras áreas, ele reflete o aprendizado acumulado pelas equipes do JusPlu sobre os aspectos mais relevantes que devem ser considerados na construção de tais textos.

O conteúdo apresentado a seguir leva em consideração tanto critérios técnicos quanto os valores fundamentais para o Programa, como o respeito aos direitos humanos e à diversidade. Por isso, incorpora desde aspectos ligados à formatação de textos jornalísticos e acadêmicos a indicações sobre escrita não discriminatória.

O *Manual de Redação* se organiza em quatro capítulos e bibliografia. O primeiro desses, que trata da linguagem, traz em suas subseções aspectos técnicos sobre linguagem jornalística, escrita inclusiva e linguagem simples, por exemplo.

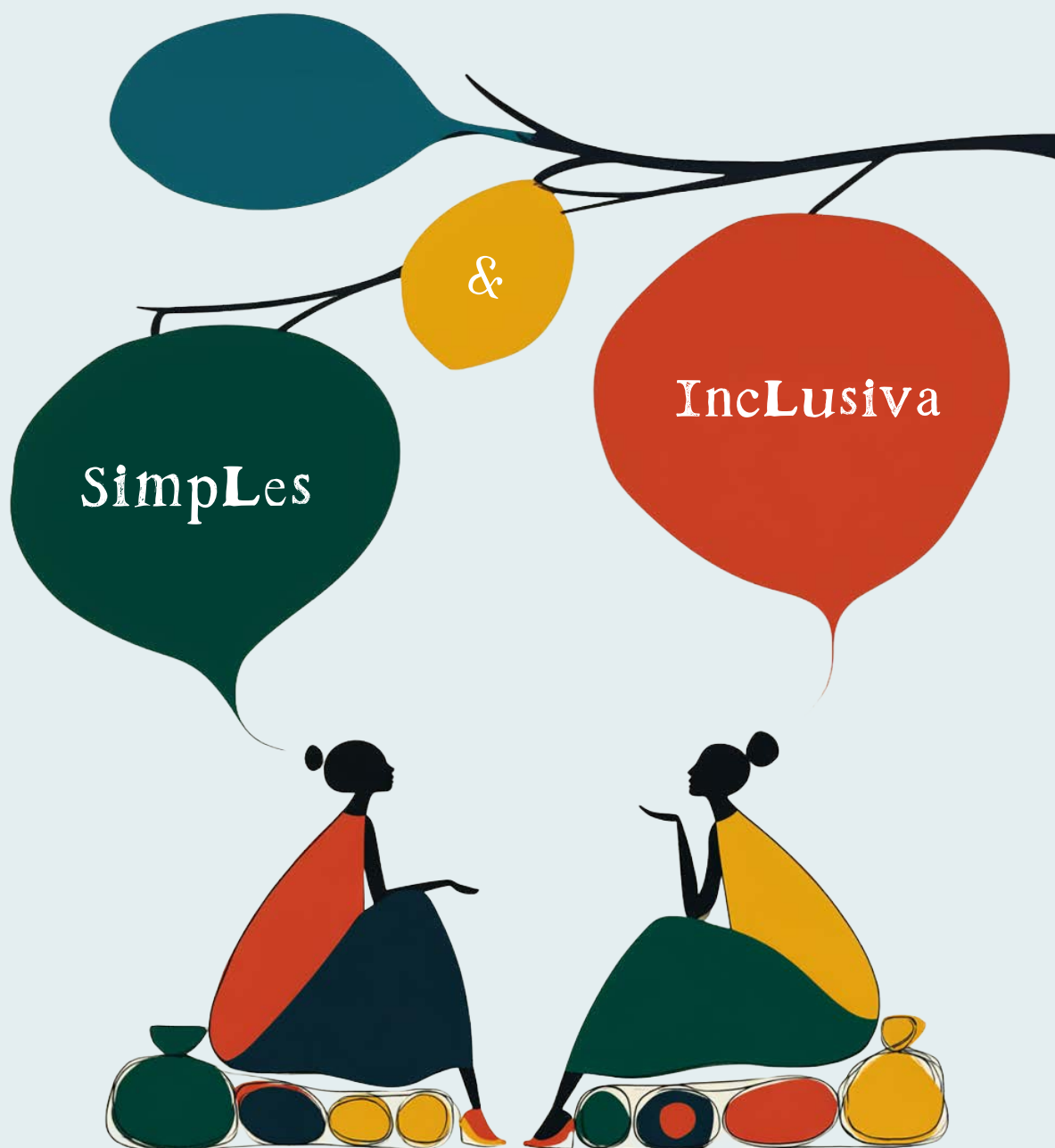
A seguir, no capítulo *Elementos de ortografia e gramática*, são elencadas algumas regras e exemplos de aplicação de gramática, ortografia e sintaxe. Por fim, o capítulo mais extenso traz as padronizações de texto e formato utilizadas no âmbito do Programa Justiça Plural, além de indicações de boas práticas de acessibilidade que podem ser incorporadas às produções impressas e digitais.

O Manual foi estruturado de forma a servir como material de apoio e consulta para cada uma das produções textuais do programa. Assim sendo, use sem moderação!

(2)

# LINGUAGEM

Ainda que tratem de temas complexos, os textos produzidos pelo Programa Justiça Plural devem buscar manter uma comunicação compreensível e acessível. Neste sentido, **é importante observar os princípios tanto da linguagem simples, quanto da escrita inclusiva.**





## 2.1 LINGUAGEM SIMPLES

---

A escrita simples está baseada em preceitos como: empatia, emprego de palavras de uso comum, conceitos concretos, frases curtas e em forma direta. Garantir textos que observam esses princípios atende a um esforço de comunicar-se com um público amplo.

No âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), recomenda-se a adoção da linguagem simples para os mais diversos tipos de textos escritos e falados, inclusive escritas da burocracia administrativa, como editais e termos de referência. Com esse objetivo, em 2023, o CNJ instituiu o selo Linguagem Simples ([PORTARIA CNJ N. 351/2023](#)) e recomendou a todos os tribunais do país que implementassem a linguagem simples em suas comunicações e atos ([RECOMENDAÇÃO CNJ N. 144/2023](#)). E, no ano seguinte, instituiu o [PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA LINGUAGEM SIMPLES](#) com “o objetivo de adotar linguagem simples, direta e compreensível a todos os cidadãos na produção das decisões judiciais e na comunicação geral com a sociedade”.

Alguns dos compromissos estabelecidos pelo Pacto podem ser tomados como balizadores para a produção de texto no Programa Justiça Plural. São eles:

- Eliminar termos excessivamente formais e dispensáveis à compreensão do conteúdo a ser transmitido;
- Adotar linguagem direta e concisa nos documentos;
- Utilizar linguagem acessível a pessoas com deficiência e respeitosa à dignidade de toda a sociedade.

## LINGUAGEM SIMPLES: COMO USAR?

| EVITE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | PREFIRA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Adjuntos adverbiais deslocados, orações invertidas, orações indiretas etc.</p> <p><b>EXEMPLOS</b></p> <p>Baseadas no uso coletivo da terra, nas relações de parentesco e na preservação de seus hábitos e práticas, as comunidades quilombolas deram continuidade à ocupação tradicional.</p> <p>O principal e ainda atual desafio para as comunidades quilombolas, apesar dos avanços conquistados por tais comunidades – como, por exemplo, a previsão expressa no texto constitucional e as inovações legislativas que garantem atenção específica –, consiste na necessidade de efetivação dos direitos legalmente previstos.</p> | <p>Frases na ordem direta: sujeito + verbo + predicado</p> <p><b>EXEMPLOS</b></p> <p>As comunidades quilombolas deram continuidade à ocupação tradicional, baseadas no uso coletivo da terra, nas relações de parentesco e na preservação de seus hábitos e práticas.</p> <p>O principal e ainda atual desafio para as comunidades quilombolas consiste na necessidade de efetivação dos direitos legalmente previstos, apesar dos avanços conquistados – como, por exemplo, a previsão expressa no texto constitucional e as inovações legislativas que garantem atenção específica.</p> |
| <p>O uso de termos técnicos e siglas</p> <p><b>EXEMPLO</b></p> <p>Os autores afirmam que tanto a progressividade fiscal quanto PTRs são instrumentos para atenuar a concentração de renda.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <p>Prefira palavras de uso comum ou explique o significado de termos técnicos imprescindíveis. E escreva as siglas por extenso na sua primeira aparição no texto</p> <p><b>EXEMPLO</b></p> <p>Os autores afirmam que tanto a tributação progressiva (cobrar mais de quem ganha e tem mais) quanto programas de distribuição de renda (como o Bolsa Família) são instrumentos para atenuar a concentração de renda.</p>                                                                                                                                                                    |

| EVITE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | PREFIRA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Frases muito longas compostas por muitas orações</p> <p><b>EXEMPLO</b></p> <p>A produção de políticas públicas para a população de rua necessita de definições acerca de quem são e quantas são as pessoas em situação de rua no país, uma definição que passa pelo desafio metodológico de determinar quais os elementos que serão levados em conta para definir quem são essas pessoas e como elas serão contabilizadas.</p> | <p>Dividir as frases em períodos menores</p> <p><b>EXEMPLO</b></p> <p>A produção de políticas públicas necessita de definições acerca de quem são e quantas são as pessoas em situação de rua no país. Essa definição passa pelo desafio metodológico de determinar quais os elementos que serão levados em conta para definir quem são essas pessoas e como elas serão contabilizadas.</p>                                                                                              |
| <p>O uso de palavras estrangeiras, inclusive expressões em latim</p> <p><b>EXEMPLOS</b></p> <p>O artigo 5º da Constituição Federal (Brasil, 1988) afirma, <i>in verbis</i>, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.</p> <p>O ministro afirmou que o CNJ deverá reforçar mecanismos de governança e <i>accountability</i>, com foco no aumento da confiança no Judiciário.</p>                   | <p>Prefira palavras em português. Quando o uso for imprescindível, traga a seguir uma explicação do termo</p> <p><b>EXEMPLOS</b></p> <p>O artigo 5º da Constituição Federal (Brasil, 1988) afirma, textualmente, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.</p> <p>O ministro afirmou que o CNJ deverá reforçar mecanismos de governança e <i>accountability</i> (responsabilização e transparência), com foco no aumento da confiança no Judiciário.</p> |

| EVITE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | PREFIRA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Frases e parágrafos longos com texto muito hermético</p> <p><b>EXEMPLO</b></p> <p>A jurisprudência cominada pelo STF adita a condição <i>sine qua non</i> de comprovação da negativa de fornecimento do fármaco na esfera administrativa, demonstrando que se exauriram as vias burocráticas antes de buscar a tutela jurisdicional; outrossim, o autor deve demonstrar a ilegalidade do ato administrativo de não incorporação pela Conitec, da ausência de um pedido formal de incorporação ou, ainda, da mora excessiva na apreciação de tal pedido.</p> | <p>Frases e parágrafos curtos com palavras de uso corrente</p> <p><b>EXEMPLO</b></p> <p>A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) estabelece como regra a necessidade de que se comprove a resposta negativa a um pedido administrativo para se obter a medicação. Também determina que deve ser igualmente demonstrada que a não incorporação de tal medicamento pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) é ilegal; que não foi realizado um pedido formal de incorporação; ou, ainda, que a apreciação deste pedido tem demorado excessivamente.</p> |

#### DICA

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) disponibiliza, gratuitamente, o curso online [PRIMEIROS PASSOS PARA USO DE LINGUAGEM SIMPLES](#). É uma ótima forma de conhecer um pouco mais sobre os princípios e forma de aplicação da linguagem simples.





## 2.2 ESCRITA INCLUSIVA

---

Além de prezar por uma linguagem simples, os textos realizados no âmbito do JusPlu devem se comprometer com uma escrita inclusiva. Ou seja, uma escrita que não invisibiliza ou exclui nenhum grupo social em razão de gênero, raça/etnia, orientação sexual, localidade/território, idade, religião etc.

Os princípios da escrita inclusiva são, portanto, evitar termos e expressões preconceituosas e estereotipadas, ao mesmo tempo que se busca promover inclusão e representatividade de todas as pessoas em sua diversidade.

### Como escrever de forma inclusiva?

- Evite generalizações, universalizações e estereótipos de raça/etnia, gênero, idade, religião, orientação sexual, territorialidade. Prefira utilizar termos inclusivos e que contemplem a diversidade de públicos.
- Respeite sempre a autoidentificação de gênero, raça, identidade étnica, orientação sexual, nome social.
- Contexto importa! Considere sempre o contexto de escrita e os públicos que receberão seu texto.
- Mantenha uma postura de abertura ao aprendizado. Se receber uma crítica ao seu texto que aponte um termo ou frase discriminatória ou pejorativa, busque compreender e adequar o texto.



## TERMOS E EXPRESSÕES QUE NÃO DEVEM SER USADOS

| TERMO/EXPRESSÃO                                            | POR QUE EVITAR?                                                                                                           | PREFIRA                                                                                                                          |
|------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Denegrir</b>                                            | Significa, literalmente, tornar negro ou enegrecer                                                                        | Difamar, desqualificar, caluniar                                                                                                 |
| <b>Inveja branca, mercado negro, recesso branco...</b>     | Tais expressões atribuem um valor positivo a “branco/a” e um valor negativo a “negro/a”                                   | Inveja “boa”, mercado ilegal, recesso informal                                                                                   |
| <b>Esclarecer, deixar claro, clareza</b>                   | Também se apoiam nessa atribuição metafórica que atribui valores que podem reproduzir hierarquias simbólicas racializadas | Detalhar, especificar, explicitar, delimitar, indicar, fundamentar, organizar informações                                        |
| <b>Índio</b>                                               | Termo homogeneizante com forte carga pejorativa                                                                           | Indígena, povo originário. Quando se referir a um povo específico, utilize o gentílico (Krenak, Kiriri, Guaraní Mbya, Tuxi etc.) |
| <b>Tribo</b>                                               | Termo homogeneizante com forte carga pejorativa                                                                           | Aldeia, território ou terra indígena, povo indígena                                                                              |
| <b>Pessoas com necessidades especiais; pessoa especial</b> | São expressões não específicas                                                                                            | Pessoa com deficiência (PcD)                                                                                                     |
| <b>Deficiente auditivo; surdo-mudo; aleijado</b>           | São termos pejorativos e capacitistas                                                                                     | Pessoa surda ou com deficiência auditiva; pessoa com deficiência física ou motora                                                |
| <b>Menor</b>                                               | Tem conotação punitivista e reforça estereótipos                                                                          | Criança, adolescente, jovem                                                                                                      |
| <b>Melhor idade; terceira idade</b>                        | São expressões não específicas                                                                                            | Idosos e idosas, pessoas com mais de 65 anos                                                                                     |

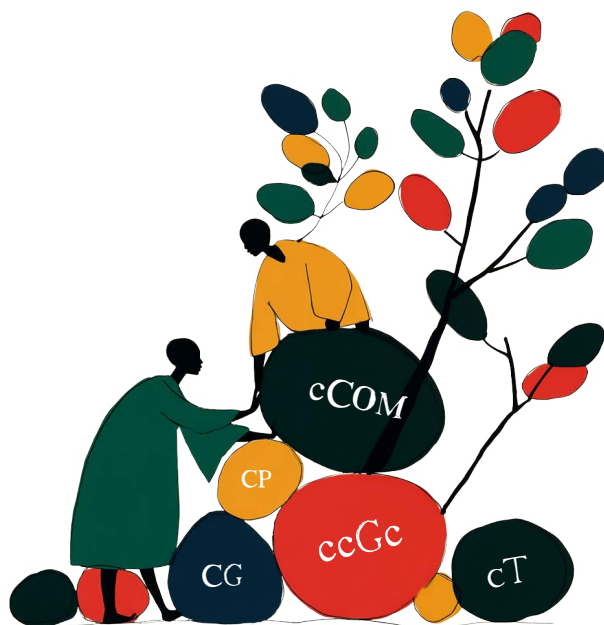
### Atenção às questões de gênero

- Evite frases com **masculino universalizante**. Embora gramaticalmente correto, exclui e invisibiliza a diversidade de gênero.
- Utilize termos neutros: quem, pessoal, pessoas, grupo, povo, população, humanidade. Ao invés de “Bom dia a todos”, em contextos informais pode-se usar “bom dia, pessoal” ou “bom dia, colegas”. Em contextos formais: “bom dia a todas as pessoas presentes” ou “bom dia a toda a equipe”.
- Sempre que possível, evite ( ) e / — todos(as); beneficiários/as —, pois estes formatos são barreiras de acessibilidade para leitores de tela e transcritores para Libras. Também pode ser substituído por termos neutros: pessoas beneficiárias; quem estava presente.
- Evite os artigos definidos sempre que possível. Ao invés “das crianças e dos adolescentes”, use “de crianças e adolescentes”. Também é possível substituir os termos: ao invés de “os líderes”, use “a liderança”; ao invés de “os magistrados”, use “a magistratura”.

### DICA!

A ONU possui [MANUAIS SOBRE ESCRITA INCLUSIVA DE GÊNERO](#) para produção de textos em inglês e espanhol. Eles podem auxiliar especialmente em caso de adaptações de material produzido pelo JusPlu para outros idiomas.





## 2.3 TEXTO JORNALÍSTICO

---

Os produtos de comunicação do JusPlu são uma das principais formas de apresentar ao público as mensagens, valores e competências do Programa, além dos resultados alcançados. A construção coletiva torna o conteúdo mais acessível, assertivo e representativo da diversidade do Justiça Plural. A sua contribuição não é apenas bem-vinda, mas essencial para a equipe Comunicação. A seguir, reunimos orientações práticas para otimizar cada etapa de colaboração.

### QUAL TIPO DE REVISÃO DEVO FAZER?

Antes de chegar a você, o material passa por construções e revisões internas de uma equipe multidisciplinar, que verifica: gramática e estilo, questões visuais e editoriais, ajuste de voz, tom, linguagem e atendimento às diretrizes da Secretaria de Comunicação Social (SCS) do CNJ e da Comunicação do PNUD.

Nesse sentido, a sua contribuição pode ser por meio de:

- **Revisão técnica:** verificar dados, números e informações factuais; garantir uso correto de conceitos técnicos; checar coerência com o conteúdo programático; verificar possíveis sensibilidades de informações apresentadas ou uso de termos/linguagem.

**QUEM FAZ** equipes técnicas responsáveis pelo tema abordado.

- **Revisão geral:** avaliar clareza e pertinência institucional; verificar tom e alinhamento estratégico; aprovar conteúdo final antes da publicação.

**QUEM FAZ** coordenações; UGP; magistradas e magistrados gestores de ações, processos ou produtos; e Secretaria-Geral do CNJ.

## O QUE EU PRECISO SABER ANTES DE QUALQUER REVISÃO?

### Diretrizes da SCS

- Textos curtos, factuais e objetivos (em média, seis parágrafos);
  - Limitar uso de aspas (usar apenas uma, no máximo duas declarações);
  - Optar por aspas com conteúdo informativo, não apenas declarativo.
- EXEMPLO** ao invés de: “a publicação é de suma importância”; prefira: “a publicação apresenta as informações x,y,z”.

### Estilo jornalístico

- Evita adjetivos e jargões acadêmicos ou jurídicos;
- É factual, não argumentativo. Ter atenção ao excesso de argumentos que não estão baseados em fatos, mas em posicionamentos ou elaborações teóricas ou conceituais;
- Obedece a este *Manual de Redação* e às diretrizes da SCS/CNJ, que determinam sobre: uso correto de maiúsculas e minúsculas, abreviações, siglas, pontuação, nomes de órgãos e cargos, além de padronização de formatos de datas, números e referências institucionais.

### Estrutura do texto jornalístico

Todo texto jornalístico deve seguir uma estrutura lógica e hierárquica:

- **Título:** conciso e informativo;
  - **Lead:** primeiro parágrafo, que resume o essencial (quem, o quê, quando, onde e por quê);
  - **Corpo:** detalhamento das informações, com dados, contexto e declarações;
  - **Intertítulo:** usado dentro do corpo do texto para organizar, dividir e introduzir novas seções ou tópicos
- EXEMPLO** “Principais resultados” de uma pesquisa, após lead introduzir as informações essenciais sobre a publicação;
- **Boilerplate:** parágrafo final padrão que apresenta o Programa Justiça Plural, comum a todas as matérias. Exemplo: O Programa Justiça Plural, iniciativa do CNJ em parceria com o Pnud\*, busca fortalecer as capacidades do Poder Judiciário na promoção dos direitos humanos e socioambientais e na ampliação do acesso à Justiça por populações estruturalmente vulnerabilizadas.

---

\* A depender de onde será publicada a matéria, usamos PNUD ou Pnud. ([VER. SIGLAS, EM PADRONIZAÇÕES DE TEXTO](#)).

### **Diretrizes dos conteúdos visuais**

- Logotipos atualizados e corretamente posicionados, de acordo com manuais da marca ([VER. CENTRAL DA MARCA DO JUSTIÇA PLURAL](#));
- Elaboração de peças para redes sociais em conformidade com manual de redes do CNJ ([VER. MANUAL DE REDES DO CNJ 2025-2027](#));
- Tipografia e cores institucionais;
- Legibilidade em diferentes formatos e tamanhos;
- Diagramação e editoração de publicações e outros materiais visuais;
- Adequação de proporção entre texto e imagem para garantir equilíbrio visual.

### **DICAS**

- Confie nas orientações técnicas do Núcleo de Design sobre aplicação de logos, tipografia e outros elementos institucionais;
- Comentários sobre cores, ilustrações e disposição de elementos são sempre bem-vindos, desde que respeitem as diretrizes técnicas da SCS/ CNJ, da Comunicação do PNUD e da Coordenação de Comunicação do JusPlu.
- Tenha em conta que grandes edições textuais após a diagramação de publicações implicam em refações de elementos visuais para o Núcleo de Design, por isso, sempre que possível, opte por revisar o arquivo no Word, em etapa anterior.
- Evite ajustes que comprometam a identidade visual, o projeto gráfico ou a legibilidade do material.



(3)



# ELEMENTOS DE ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA

---

MANUAL DE REDAÇÃO

PROGRAMA JUSTIÇA PLURAL

Até aqui, tratamos sobre o texto de forma mais geral, a partir da construção de uma linguagem simples e inclusiva. **Neste capítulo, abordaremos o texto a partir de sua unidade mais básica: a palavra.** Neste sentido, a seguir tratamos de regras de grafia, pontuação e sintaxe para uso diário. Agrupamos as dúvidas mais comuns, com exemplos de aplicação e indicações de outros materiais de consulta, quando necessário.





## 3.1 GRAFIA

---

### ACENTUAÇÃO

- a. **Acento agudo:** acentuam-se as palavras oxítonas e monossílabas tônicas terminadas em **éi**, **éu** e **ói**. As vogais **i** e **u** também são acentuadas quando formarem hiato e estiverem sozinhas na sílaba ou seguida de s.

**EXEMPLOS** papéis, céu, destrói, chapéu, baú, tuiuiú, corrói, Grajaú, anéis, teiú, fiéis

Não se acentuam esses ditongos quando as palavras são paroxítonas.

**EXEMPLOS** assembleia, heroico, ideia, baiuca, europeia, feiura, estreia

- b. **Acento diferencial e trema:** não se usam mais, desde a implementação do Novo Acordo Ortográfico em 2016.

**EXEMPLOS** para (verbo parar), pelo (sinônimo de cabelo), língua, sequestro

**EXCEÇÃO** ainda há um caso em que o acento diferencial é usado: no verbo pôr e em sua conjugação pôde.

- c. **Acento circunflexo:** também deixou de ser utilizado nas conjugações verbais em que se dobram vogais.

**EXEMPLOS** leem, veem, deem, voo, perdoo



**PALAVRAS EM OUTRAS LÍNGUAS**

- a. Uso de k, w, y:** palavras em línguas indígenas são escritas preferencialmente com essas letras, seguindo a grafia adotada pelos próprios povos, inclusive sobre os nomes das etnias. Essas letras também são usadas na escrita de línguas originárias de África ([VER. PALAVRAS EM OUTRAS LÍNGUAS, EM PADRONIZAÇÕES DE TEXTO](#)).

**EXEMPLOS** *teko* (modo de vida), *djaryi* (avó), *joawy* (desequilíbrio), em tupi-guarani; Xukuru, Tukano, Guaraní Nhandewa (gentílicos); yalorixá, Oyá, àwokóto, em yorubá; Kalûnga, n'kisi, Nzo Kwá, em kimbundo

- b. Acentuação:** alguns acentos e sinais gráficos de outras línguas não existem em português, nesses casos, sugere-se adotar uma escrita simplificada, caso se mantenha a palavra na língua original; ou sua versão traduzida ou abrigueirada, quando possível.

**EXEMPLOS** Ilé Àsé -> Ilé Àsé ou Ilê Axé

**HÍFEN****a. Prefixos**

- Se utiliza hífen após os prefixos **recém**, **bem**, **pré**, **pós**, **pró**, **ex** e **vice**.

**EXEMPLOS** recém-eleita, ex-vice-presidente, bem-estar, vice-diretora, recém-empossada, ex-professor, bem-humorado

**EXCEÇÃO** Em alguns casos, os prefixos bem, pré, pró, pós foram incorporados a algumas palavras, não cabendo o uso do hífen.

**EXEMPLOS** benfeitor, benfazer, predeterminar, prefigurativo, pospor, prever, promover

- Para os demais prefixos (e falsos prefixos), utilizar hífen quando a palavra que segue inicia com **h** ou com a mesma vogal que finaliza o prefixo. Com os prefixos **co** e **re** só se usa hífen quando a palavra a seguir iniciar com **h**. Nos demais casos, não se utiliza hífen. E, nesses casos, lembre-se que quando o prefixo terminar em vogal e a palavra a seguir iniciar com **r** ou **s**, esta deve ser duplicada.

**Importante saber**

**Prefixos:** ante, anti, circum, contra, entre, extra, hiper, infra, intra, sobre, sub, super, supra, ultra.

**Falsos prefixos:** aero, agro, arquí, auto, bio, eletro, geo, hidro, macro, maxi, micro, mini, multi, neo, pan, pluri, proto, pseudo, retro, semi, tele e mal.

**EXEMPLOS** pré-história, agro-hidronegócio, semi-intensivo, contra-arrazoar, anti-humanitário, anti-homofobia, co-herdeiro, mal-estar, agronegócio, semiárido, autossustentável, contraindicado, minirreforma, anticoagulante, macrorregião, autorregulamentação, coordenar, reeditar, malcriado

**EXCEÇÃO** há casos em que as duas grafias estão corretas: proativo e pró-ativo; preeleito e pré-eleito; prerequisite e pré-requisito; subumano e sub-humano; abrupto e ab-rupto; benquerer e bem-querer; malformação e má-formação.

### ATENÇÃO

Não se deve usar hífen em compostos formados com **não**.

**EXEMPLOS** organização não governamental, não indígena, não autorizada



#### b. Sufixos

Normalmente, os sufixos são incorporados às palavras, sem utilização de hífen. Mas há algumas exceções para os sufixos em tupi-guarani: açu (grande), guaçu (grande) e mirim (pequeno). Quando o primeiro elemento termina com vogal acentuada ou quando a pronúncia exige distinção entre os elementos, são escritas com hífen.

**EXEMPLOS** Ceará-Mirim, Piranhas-Açu, capim-açu, jacaré-açu, Iguaçu, Paraguaçu

#### c. Palavras compostas

— De maneira geral, utiliza-se hífen nas palavras compostas em que o primeiro termo é uma forma substantiva, adjetiva, numeral ou verbal.

**EXEMPLOS** decreto-lei, mesa-redonda, primeiro-ministro, grupo-controle

**EXCEÇÃO** algumas palavras perderam a noção de composição e passaram a ser escritas agregadas: girassol, pontapé, paraquedas

— Palavras com **sem** também devem ser escritas com hífen quando formam adjetivo ou substantivo.

**EXEMPLOS** sem-terra, sem-família, sem-cerimônia

- Nomes de **espécies** animais e vegetais, ainda que ligadas por preposição, devem ser escritas com hífen.

**EXEMPLOS** cana-de-açúcar, João-de-Barro, bem-me-quer, pimenta-do-reino

**ATENÇÃO** nas demais palavras compostas ligadas por preposição não se usa hífen. Ex.: pôr do sol, dia a dia, passo a passo. Exceções: pé-de-meia, cor-de-rosa

- Em **adjetivos pátrios**, só se usa hífen quando os dois elementos designam local de origem ou etnia.

**EXEMPLOS** afro-brasileiro, nipo-americano, indo-chinês, franco-nigeriano, afrodescendente, sinocampesinato

- Deve-se usar hífen em **cargos** da hierarquia militar e postos diplomáticos, nos cargos que utilizam o adjetivo *geral* e nos que demonstram hierarquia.

**EXEMPLOS** diretor-geral, procuradora-geral, tenente-coronel, diretor-executivo, diretora-adjunta

- **Gentílicos e nomes geográficos** compostos são escritos com hífen, contendo ou não elementos de ligação.

**EXEMPLOS** Baía de Todos-os-Santos, sul-mato-grossense, Grã-Bretanha, belo-horizontina

**d. Expressões latinas**

Expressões latinas não são hifenizadas, à exceção de *mea-culpa*, *pró-labore*, *ex-libris*.

**EXEMPLOS** *habeas corpus*, *a priori*, *in memoriam*, *per capita*, *sui generis*

**DICA**

Ainda na dúvida sobre a forma correta da escrita? Pesquise no [VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA \(VOLP\)](#), disponível no site da Academia Brasileira de Letras (ABL).





## 3.2 PONTUAÇÃO

---

- a. **Cargos e qualificações:** use vírgula quando apenas uma pessoa ocupa aquele cargo ou qualificação.

### EXEMPLOS

**Com vírgula:** Para o coordenador da Política PopRuaJud no CNJ, conselheiro Pablo Coutinho Barreto, a população em situação de rua já reconhece o Poder Judiciário.

**Sem vírgula:** A procuradora de Justiça Ivana Farina Navarrete Pena destacou a importância de dar continuidade às políticas públicas.

- b. **Antes da conjunção e:** só se usa vírgula antes da conjunção e quando as orações conjugadas têm sujeitos diferentes.

### EXEMPLOS

**Sujeitos diferentes:** Essas conquistas não encontram eco na prática cotidiana, e o país ainda convive com mais de 400 projetos de lei contra esses direitos.

**Mesmo sujeito:** O documento marca a consolidação da Política Judiciária Nacional de Atenção às Comunidades Quilombolas e reafirma o compromisso com a equidade racial e a reparação histórica.

- c. **Adjunto adverbial deslocado:** o uso da vírgula, nesse caso, depende do tamanho do adjunto adverbial: se até três palavras, uso opcional; com mais de três palavras, uso obrigatório.

### EXEMPLOS

**Obrigatória:** Por meio do Programa Justiça Plural, apoiamos o desenvolvimento de estratégias que ampliem a capacidade do Poder Judiciário de proteger direitos humanos.

**Opcional:** Adicionalmente(,) aprofundam-se os debates e identificam-se ações concretas relacionadas aos temas do status jurídico da pessoa desaparecida.

**d. Usos obrigatórios da vírgula:**

— Isolar termos e orações deslocados

**EXEMPLO** O Tribunal Regional Federal da 6ª Região, apesar de não possuir CEAV, afirmou existir processo de implantação.

— Isolar termos e orações explicativos

**EXEMPLO** O documento foi elaborado pelo Programa Justiça Plural, parceria de cooperação internacional entre o CNJ e o PNUD, em diálogo com o MDHC.

— Para indicar a elipse do verbo

**EXEMPLO** A pesquisa preliminar foi lançada em setembro; o relatório final, em outubro.

— Separar termos exemplificativos ou retificativos (ou seja, isto é, por exemplo, ou melhor, a saber).

**EXEMPLO** Ressaltou a dificuldade em produzir prova negativa, ou seja, demonstrar que a pessoa desaparecida não vive mais.

— Separar orações e termos coordenados

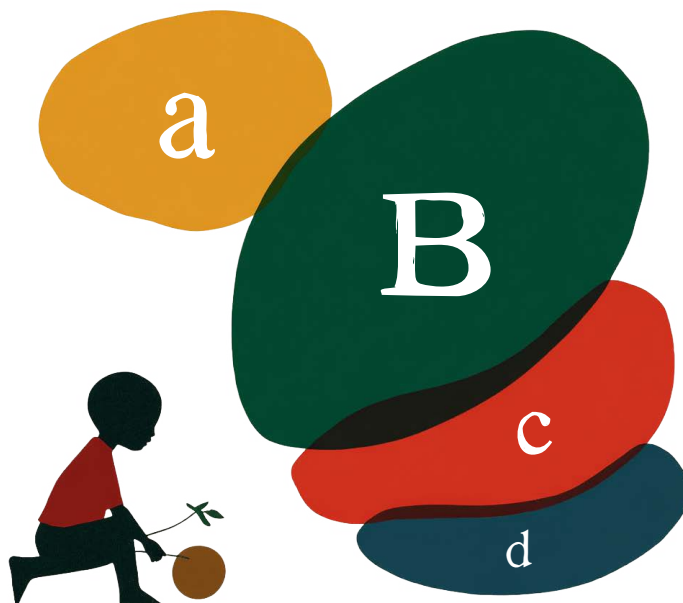
**EXEMPLO** Esta análise permitiu levantar dados sobre ano de criação dos Centros, a quantidade de CEAVs existentes em cada tribunal, a existência de registros e o volume de atendimentos realizados.

**ATENÇÃO**

NUNCA se usa vírgula entre o sujeito e o verbo, por mais longo que seja o sujeito.

**EXEMPLO** A demanda de atendimento que mais se destaca, é a busca por encaminhamentos para outros serviços públicos.





### 3.3 SINTAXE

---

A sintaxe é parte da gramática que trata da relação entre as palavras dentro da frase. Neste campo, cabe uma dica valiosa: sempre que possível, utilize a forma direta na construção da frase ([VER. LINGUAGEM SIMPLES](#)).

#### LEMBRE-SE!

Estrutura básica da frase: sujeito — verbo — complemento



#### EXEMPLO

**Evite:** Com base em dados preliminares, apresentando uma análise multidimensional do perfil das(os) beneficiárias(os), este relatório tem como objetivo contribuir para o monitoramento do Programa CNJ de Ação Afirmativa.

**Prefira:** Este relatório tem como objetivo contribuir para o monitoramento do Programa CNJ de Ação Afirmativa, apresentando uma análise multidimensional do perfil das pessoas beneficiárias com base em dados preliminares.

**Evite:** Este protocolo pretende tratar, ante a realidade das mulheres em situação de rua, do direito à maternidade, à convivência e à permanência das mulheres em situação de rua com seus filhos e filhas.

**Prefira:** Ante a realidade das mulheres em situação de rua, este protocolo pretende tratar do direito à maternidade, à convivência e à permanência das mulheres em situação de rua com seus filhos e filhas.

**DICA**

Quando escrevemos frases muito longas (4-5 linhas), fica mais difícil manter a forma direta. Se necessário, divida a frase em duas ou três ([VER. LINGUAGEM SIMPLES](#)).

**EXEMPLO**

**Evite:** Em 2024, por meio do programa Justiça Plural, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) consolidou os avanços na área dos direitos humanos, se comprometendo com pessoas que, tradicionalmente, enfrentam dificuldades adicionais em função de raça, etnia, orientação sexual, gênero, situação financeira e outras vulnerabilidades para ampliar seu acesso à Justiça.

**Prefira:** O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) consolidou, em 2024, os avanços na área dos direitos humanos por meio do Programa Justiça Plural. O Programa também está comprometido com a ampliação do acesso à Justiça por pessoas que, tradicionalmente, enfrentam dificuldades adicionais em função de raça, etnia, orientação sexual, gênero, situação financeira e outras vulnerabilidades.

**IMPORTANTE LEMBRAR**

— Sujeito nunca é preposicionado.

**EXEMPLO** Apesar ~~do~~ de o protocolo visibilizar de maneira particular a situação de mulheres cisgêneras [...]

— Cuidado com a ambiguidade no uso dos pronomes.

**EXEMPLO** Tais instrumentos podem ser utilizados por famílias que não têm notícias da pessoa desaparecida e nem bens ~~seus~~ dela para usufruir.

## CONCORDÂNCIA VERBAL

De maneira geral, o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito da oração. Ainda assim, há alguns casos que podem gerar dúvida.

- Quando o sujeito é composto por uma **expressão partitiva** (a maioria de, parte de, uma porção de, metade de), o verbo pode concordar com o partitivo ou com o nome.

### EXEMPLOS

A maioria expressiva das instituições já conta com estrutura formal dedicada à diversidade e inclusão. OU A maioria expressiva das instituições já contam com estrutura formal dedicada à diversidade e inclusão.

Se eliminado o contato não desejado, portanto, serão eliminadas a maioria das ameaças. OU Se eliminado o contato não desejado, portanto, será eliminada a maioria das ameaças.

- Quando o sujeito é precedido por expressões que indicam **quantidade aproximada** (cerca de, mais de, menos de e outras), o verbo concorda com o numeral.

### EXEMPLOS

Cerca de 60 casos foram identificados em quatro anos na Vara de Registros Públicos no TJRJ.

Mais de 305 povos indígenas se distribuem em todas as regiões e biomas do país.

- Nas orações com **verbo impessoal**, o verbo fica sempre na terceira pessoa do singular. É o caso tanto do verbo **haver** no sentido de existir ou de transcurso de tempo; como do verbo **fazer** no sentido de tempo passado ou que indica fenômenos da natureza.

### EXEMPLOS

Há uma compreensão da existência das diversas infâncias e que, portanto, crianças e adolescentes negras e negros precisam de uma proteção de direitos específica.

Faz cinco meses que a resolução foi aprovada pelo Conselho.

- Quando o **sujeito é indeterminado**, o verbo deve ser conjugado na terceira pessoa do plural. Mas, se a indeterminação é indicada pela partícula *se*, o verbo deve ser conjugado na terceira pessoa do singular.

### EXEMPLOS

Foram coletados dados sobre a identificação da instituição e do responsável pelo preenchimento.

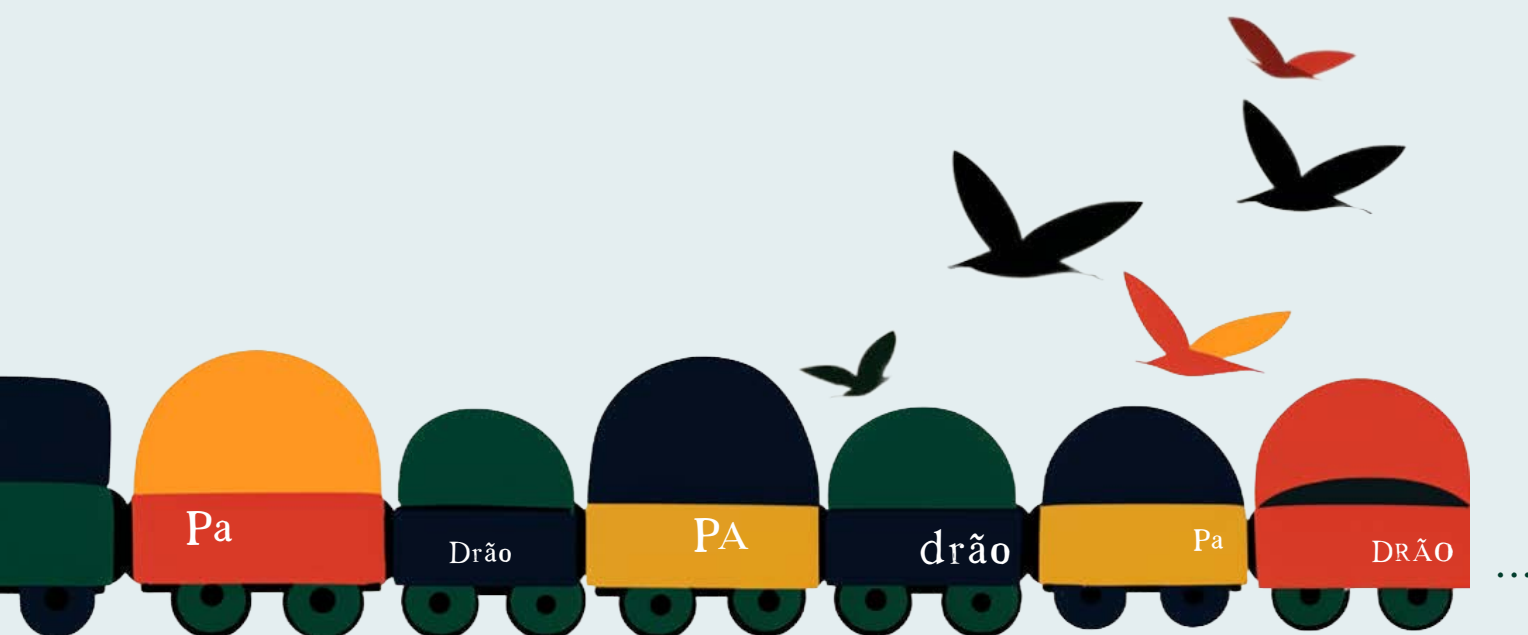
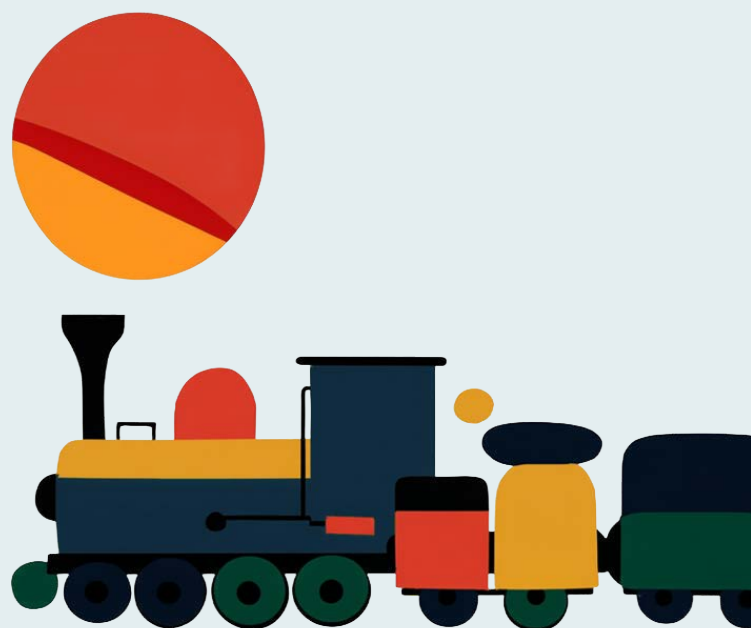
Sugere-se avaliar os seguintes pontos no momento de prolatar a sentença.

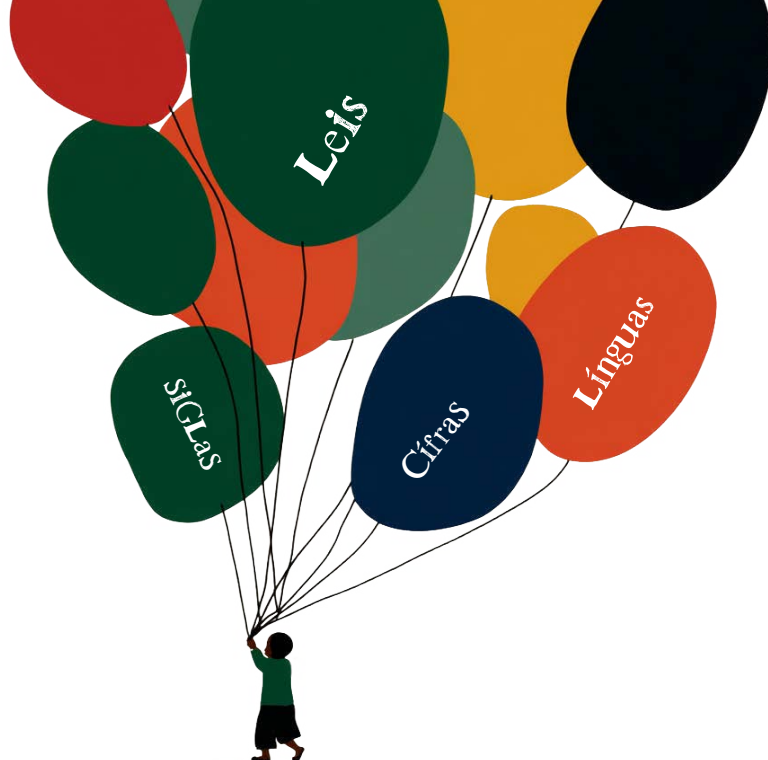


(4)

# PADRONIZAÇÕES

O cuidado com a padronização do texto vai além de questões estéticas. Os padrões trazem consistência ao texto e conforto para a leitura, sendo uma ferramenta importante de acessibilidade para pessoas com capacidade de concentração reduzida e rigidez cognitiva.





## 4.1 DE TEXTO

| O QUÊ                               | REGRA                                                                                                                                                        | EXEMPLOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Aspas</b>                        | Prefira utilizar apenas para citações diretas e falas. Priorize destacar palavras colocando-as em <i>itálico</i> ou <b>negrito</b> .                         | <p>“O estudo lança luz sobre a necessidade de compartilhamento de boas práticas e da criação de uma rede colaborativa de Direitos Humanos”, afirma.</p> <p>“Atos como a benzeção, a aplicação de conhecimentos tradicionais voltados ao tratamento ou reestabelecimento da saúde são direitos culturais” (Santos; Moreira; Gomes, 2022, p. 232).</p> |
| <b>Atos normativos e legislação</b> | Utilizar <b>n.</b> para abreviar número. Caso seja necessário incluir a data completa de publicação, prefira colocá-la apenas na primeira inserção no texto. | <p>1ª inserção: Resolução CNJ n. 287, de 25 de junho de 2019, [...]</p> <p>Demais inserções: Resolução CNJ n. 287 ou Resolução CNJ n. 287/2019</p> <p>Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, [...]</p> <p>Lei n. 12.711/2012</p>                                                                                                                    |

| O QUÊ              | REGRA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | EXEMPLOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Cifras</b>      | Prefira a forma mais simples: abreviação para as moedas de uso mais recorrente <b>R\$, US\$</b> ; ou por extenso para moedas de outros países ou em desuso no Brasil.                                                                                                                                                | R\$ 1.518<br>US\$ 2 bilhões<br>300 mil euros<br>4 milhões de cruzeiros<br>2.387 libras esterlinas                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Datas</b>       | Para datas completas, escrever por extenso.<br><br>Para indicar apenas dia, colocar o numeral entre parêntese.                                                                                                                                                                                                       | 24 de outubro de 2025<br><br>sexta-feira (24) ou sexta-feira (24/10) [padrão para notícias no site do CNJ]                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Destaques</b>   | Para falas e citações, utilize aspas ( <a href="#">VER. ASPAS</a> ).<br><br>Para títulos de obras, congressos e afins, utilize itálico.<br><br>Para indicar trechos importantes ou que merecem destaque, utilize negrito.<br><br>Evite o uso do sublinhado ( <a href="#">VER. BOAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE</a> ). | O livro <i>Pensamento Feminista Negro</i> , de Patricia Hill Collins<br><br>O boletim <i>Olhares Plurais #3</i> traz dados sobre os Centros de Atendimento às Vítimas (CEAVs)<br><br>O encontro <i>LGBTQIA+ Justiça</i> aconteceu em junho de 2025<br><br><b>O direito ao valor intrínseco</b> impõe que o ser humano seja considerado como um fim em si mesmo |
| <b>Localidades</b> | Prefira grafar sempre por extenso. Utilize siglas dos estados entre parênteses para localizar cidades.                                                                                                                                                                                                               | O projeto passou por escolas do <b>MT-e-SE</b> Mato Grosso e de Sergipe<br><br>Paragominas (PA)<br><br>Na Universidade de Princeton, em Nova Jérsei (EUA)                                                                                                                                                                                                      |

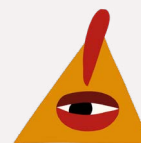
| O QUÊ             | REGRA                                                                                                                                            | EXEMPLOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Maiúsculas</b> | Utilize sempre para nomes próprios; etnias e terras indígenas; títulos de obras, congressos e afins; tribunais, conselhos e escolas judiciárias. | Programa Justiça Plural<br><br>III Encontro sobre Aspectos Jurídicos do Desaparecimento<br><br>Tribunal Regional Federal da 1ª Região<br><br>Conselho Nacional do Ministério Público<br><br>Escola Nacional da Magistratura<br><br>Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu do povo Pataxó Hãhãhãe<br><br>Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo<br><br>Justiça (sinônimo de Poder Judiciário)                                                |
| <b>Minúsculas</b> | Utilize para cargos e títulos; áreas do conhecimento; dias da semana, meses e estações; logradouros; órgãos e entidades de forma genérica.       | juíza federal, ministro, conselheira, presidenta<br><br>direito, economia, medicina, filosofia, ciências sociais<br><br>doutora em direito, mestre em educação, especialista em direitos humanos<br><br>justiça (qualidade do que é justo)<br><br>lei, portaria, decreto (quando utilizado de forma genérica)<br><br>segunda-feira, primavera, setembro<br><br>rua, praça, avenida, estrada<br><br>tribunais, escolas judiciárias, sindicatos rurais |

| O QUÊ                             | REGRA                                                                                                                                                                                                                                   | EXEMPLOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Números</b>                    | <p>De zero a dez, escreva por extenso. A partir de 11, utilize os algarismos (a menos que esteja no início da frase).</p> <p>Para porcentagens, utilize preferencialmente algarismos.</p> <p>Prefira algarismos arábicos a romanos.</p> | <p>No último dia 12</p> <p>Participaram do evento 42 juízas e juízes</p> <p>Dezenove pessoas acessaram o formulário</p> <p>77% dos CEAVs adotam o formato híbrido.</p> <p><del>XIX</del> 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário</p>                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Palavras em outras línguas</b> | <p>No geral, são grafadas em itálico, a menos que já estejam incorporadas ao léxico do português brasileiro. Nomes próprios em outras línguas também não são destacados.</p>                                                            | <p>Para o povo Guarani, <i>teko</i> é o modo de ser, de estar no mundo.</p> <p>Tem ocorrido uma transição do sistema de <i>civil law</i> para o <i>common law</i> no Brasil.</p> <p>O Formulário Rogéria agora está disponível on-line no site Jus.Br.</p> <p>O ilê axé localizado no bairro do Cabula, em Salvador, foi fundado em 1910.</p> <p>Postagens sobre as eleições que forem publicadas no Facebook e no Instagram passam a ser marcadas com um aviso.</p> |
| <b>Parêntese e travessão</b>      | <p>Use os parênteses, principalmente, para indicar a chamada de citação e a formação de siglas. Sempre que possível, evite o uso de travessões, mas eles são bem-vindos para separar listas em meio a frases.</p>                       | <p>A ameaça de morte, o medo de agressões e a falta de acolhimento dificultam rupturas com os vínculos abusivos (Rosa; Brêtas, 2015; Richwin; Zanello, 2023).</p> <p>Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)</p> <p>A articulação com a rede de serviços – como Creas, Seas, CNR, UBS, hospitais e maternidades – é estratégica.</p>                                                                                                                              |

| O QUÊ         | REGRA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | EXEMPLOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Siglas</b> | <p>Na primeira aparição no texto, o nome deve ser grafado por extenso, seguido da sigla entre parênteses. Depois, a sigla é utilizada em substituição ao nome completo.</p> <p>São grafadas com letras maiúsculas as siglas quando têm duas ou três letras ou quando não se pronunciam como palavra. As siglas com quatro ou mais letras que podem ser pronunciadas como palavra têm apenas a primeira letra maiúscula.</p> <p><b>ATENÇÃO!</b> Há casos em que siglas são parcialmente com maiúsculas e parte em minúsculas.</p> | <p>Conselho Nacional de Justiça (CNJ)</p> <p>LGBTQIA+, ONU, TRT-5, PRF, INSS, TJBA</p> <p>Ceajud, Anamatra, Incra, Fiocruz</p> <p>ICMBio, UFSCar, CFem, CTNBio, ProJovem, UnB, JusPlu</p> <p><b>EXCEÇÃO!</b> No âmbito do JusPlu, grafamos <b>PNUD</b> com maiúsculas, exceto nas matérias publicadas no site do CNJ, onde se utiliza <b>Pnud</b>.</p> |

#### IMPORTANTE!

Em casos que não estão previstos neste Manual, incentivamos que encontre um padrão de grafia adequado para o texto e o utilize em todo o documento. E conte sempre com o apoio da Coordenação de Comunicação para auxiliar com dúvidas!





## 4.2 DE FORMATAÇÃO

---

No âmbito do Programa Justiça Plural, utilizamos como referência para formatação de textos de pesquisas, relatórios, boletins etc., o conjunto de regras estabelecido pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) para publicações acadêmicas, especialmente as NBRs 10520 (sobre citações) e NBR 6023 (sobre referências). Além disso, indicam-se algumas boas práticas que podem ser adotadas para uma melhor acessibilidade nos textos referenciadas em estudos acadêmicos sobre o assunto (Brasil; NIC.Br; UK Government, 2025; Garcia; Araújo, 2024; Salton; Dall Agnol; Tucartti, 2017; Silva, 2022; UFSCar, 2021).

### a. Citação direta

Citações diretas de **até três linhas** devem vir entre aspas. **Acima de quatro linhas**, devem vir em parágrafo destacado do texto com recuo da margem, em fonte 1 ponto menor do que o restante do texto. Em ambos os casos, a citação deve ser seguida das informações, entre parênteses, de sobrenome da autoria, ano de publicação da obra e número de página ou localizador.

#### EXEMPLOS

##### Até três linhas

“O verbo que acompanha a palavra escravo é ser, enquanto estar é pedido por escravizado” (Santos; Taille, 2012, p. 10).

##### Mais de três linhas

De acordo com Fanon (2008, p. 103), a ótica eurocentrada compreende que:

O Branco representa a bondade e o Negro, a maldade; o Branco é a beleza e o Negro, a feiura; o Branco é a humanidade, razão e desenvolvimento e o Negro, a natureza e o atraso; o Branco é o sujeito e o Negro, mero ‘objeto em meio a outros objetos’.



As autoras fazem uma defesa da documentação custodiada no Arquivo do Tribunal:

Inventários do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado (ATJRS) também foram localizados a partir do trabalho de pesquisa da equipe. Documentos fundamentais ao estabelecimento do território ocupado e da cadeia dominial da família Fernandes, cujos descendentes [...] tornaram-se legatários diretos das partes de campo ocupadas, em parte compradas e transmitidas de geração em geração (Santos; Oliveira, 2022, p. 48).

**b. Citação indireta**

Deve ser sinalizada apenas pelas informações, entre parênteses, de sobrenome da autoria e ano de publicação da obra. Número de página ou localização é opcional, mas é preciso manter um padrão único para todo o documento. Ou seja, se optar por indicar numeração de página, é preciso fazê-lo em todas as citações indiretas do documento!

**EXEMPLOS**

A invisibilidade institucional que recai sobre essas crianças e adolescentes resulta na negação de direitos básicos, tanto para elas quanto para os filhos e as filhas que nascem nas ruas (Melo *et al.*, 2023).

Segundo o Diagnóstico Nacional da Primeira Infância (2022, p. 115), a maior parte dos acolhimentos no país se dá pelo motivo de negligência.

### 4.2.1 Sistema Autor-Data

Este é o sistema mais comumente utilizado nas publicações do JusPlu. Como o próprio nome diz, a indicação da fonte é feita pelo sobrenome da autoria junto com o ano de publicação da obra referida. A seguir, apresentam-se exemplos da aplicação das regras em diversos documentos.

| DESCRIÇÃO                                        | CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                              | NAS REFERÊNCIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Audiolivro</b>                                | “[...] no começo eu supunha que os perigos das redes sociais provinham sobretudo do uso impróprio por pessoas mal-intencionadas [...] e que, na pior das hipóteses, as plataformas eram uma tubulação passiva por onde corriam os problemas já existentes na sociedade” (Fischer, 2025, loc. 2’21”). | FISCHER, Max. <b>A máquina do caos</b> . Narrado por Marcelo Levy. São Paulo: Todavia, 2025. Audiolivro (18h33’). Disponível em: <a href="https://www.audible.com.br/pd/A-maquina-do-caos-Audiolivro/B0FC7PXRN5?ref_page_loadid=0iGFxOXHfw1S9P-v7&amp;pf_rd_p=be65bd46-e6e-40cb-bc6a-91ee15df-6c19&amp;pf_rd_r=RGVERXED9Y-CM728CPHTB&amp;plink=lw6H-vPrTwL64J6Ti&amp;pageLoadId=-pAcXR7uwYhWDMt34&amp;creativeId=a514fea0-f32a-43d6-b908-f4d7eb54a38e&amp;ref=a_cat_PoIC3_c4_3_5">https://www.audible.com.br/pd/A-maquina-do-caos-Audiolivro/B0FC7PXRN5?ref_page_loadid=0iGFxOXHfw1S9P-v7&amp;pf_rd_p=be65bd46-e6e-40cb-bc6a-91ee15df-6c19&amp;pf_rd_r=RGVERXED9Y-CM728CPHTB&amp;plink=lw6H-vPrTwL64J6Ti&amp;pageLoadId=-pAcXR7uwYhWDMt34&amp;creativeId=a514fea0-f32a-43d6-b908-f4d7eb54a38e&amp;ref=a_cat_PoIC3_c4_3_5</a> . Acesso em: 10 nov. 2025. |
| <b>Audiovisual, filmes, programas de TV etc.</b> | O documentário <i>A Última Abolição</i> (2018) apresenta uma retrospectiva da abolição da escravidão, relatada a partir de uma outra perspectiva: a abolição da escravidão no Brasil não foi um ato benevolente da elite, mas resultado da resistência ativa da população negra.                     | A ÚLTIMA ABOLIÇÃO. Direção: Alice Gomes. Produção: Maria Carneiro da Cunha e Jom Tob Azulay. Brasil: Globo Filmes, 2018. Documentário. Disponível em: <a href="https://www.adorocinema.com/filmes/filme-267784/">https://www.adorocinema.com/filmes/filme-267784/</a> . Acesso em: 17 set. 2025.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

| DESCRIÇÃO                                                                                                                  | CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                  | NAS REFERÊNCIAS                                                                                                                                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Atos administrativos normativos (circular, decreto, despacho, instrução, parecer técnico, portaria, resolução etc.)</b> | A Política Judiciária Nacional de Atenção às Comunidades Quilombolas (CNJ, 2024) expressa o reconhecimento institucional da necessidade de proteção dos direitos quilombolas como direitos fundamentais. | CNJ. <b>Resolução n. 599, de 13 de dezembro de 2024.</b> Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2024. Disponível em: <a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5904">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5904</a> . Acesso em: 11 maio 2025. |
| <b>Capítulo de livro</b>                                                                                                   | A concepção estrutural do racismo não o considera uma patologia social nem um desarranjo institucional, mas sim um fenômeno derivado da própria estrutura da sociedade (Gonzalez, 2020).                 | GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. <b>Por um feminismo afro-latino-americano:</b> ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.               |
| <b>Citação de citação</b>                                                                                                  | Crenshaw ( <i>apud</i> Collins, 2022) defende que, até então, não havia uma linguagem que desse conta dos conflitos percebidos dentro dos movimentos sociais antirracistas e dos movimentos feministas.  | COLLINS, Patricia Hill. <b>Bem mais que ideias:</b> a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.                                                                           |

| DESCRIÇÃO                                                  | CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | NAS REFERÊNCIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Documentos civis e de cartório</b>                      | <p>O documento (Santa Maria, 1914) consiste em uma escritura pública passada pelo pai branco de ascendência germânica em cartório de notas, que firmava o reconhecimento de paternidade dos filhos brancos [...], diferente destes, os filhos negros havidos entre o mesmo pai e Mathilde nunca foram reconhecidos oficialmente.</p>                       | <p><b>ELEMENTOS ESSENCIAIS:</b><br/>SANTA MARIA (RS). Cartório de Órfãos. <b>Inventário (Arrolamento) do falecido Coronel Luiz Niederauer.</b> Registro em: 2 out. 1914.</p> <p><b>ELEMENTOS COMPLEMENTARES:</b><br/>SANTA MARIA (RS). Cartório de Órfãos. <b>Inventário (Arrolamento) do falecido Coronel Luiz Niederauer.</b> Requerente: Luiz Mariano Niederauer. Registro em: 2 out. 1914. Livro n. 67, p. 77, v. 78.</p> |
| <b>Documento em fase de elaboração ou comunicação oral</b> | <p>De acordo com o relatório<sup>1</sup> que será publicado no primeiro semestre de 2026, [...]</p> <p><b>NO RODAPÉ:</b><br/><sup>1</sup> O relatório encontra-se em fase de elaboração, devendo ser publicado ainda no primeiro semestre de 2026. Seus resultados preliminares foram gentilmente cedidos pelas autorias Jussara Cruz e Anamara Brito.</p> | <p>A autoria do documento ou informação oral e as circunstâncias de acesso devem ser mencionadas em nota de rodapé, sem gerar referência bibliográfica.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                   |

| DESCRIÇÃO                                              | CITAÇÃO                                                                                                                                                                     | NAS REFERÊNCIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Documento on-line sem numeração de página</b>       | “[...] a Corte ressalta que <b>não corresponde a este Tribunal nem ao Estado determinar o pertencimento étnico</b> ou o nome da Comunidade” (Corte IDH, 2014, grifo nosso). | CORTE IDH. <b>Sentença do Caso da Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai</b> . Decide sobre a alegada responsabilidade internacional do Estado do Paraguai pela suposta falta de garantia do direito de propriedade ancestral da Comunidade Indígena Xákmok Kásek. 2014. Disponível em: <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/25ecf2789d-fd641e1ec8f520762ac220.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/25ecf2789d-fd641e1ec8f520762ac220.pdf</a> . Acesso em: 13 ago. 2025. |
| <b>Documentos sem data</b>                             | De acordo com dados do Instituto Socioambiental, no Brasil há 814 terras indígenas em diferentes fases do procedimento demarcatório (ISA, [202-?]).                         | ISA. <b>Terras indígenas no Brasil</b> . [202-?]. Disponível em: <a href="https://terrasindigenas.org.br/">https://terrasindigenas.org.br/</a> . Acesso em: 07 nov. 2025.<br><br><b>ATENÇÃO!</b> Quando não há data expressa, é preciso indicar uma data provável de publicação. No exemplo, indica-se a década provável. Outros formatos possíveis são: [19-?], para século provável; ou [2003?], para ano provável; ou ainda [2021] para ano certo, porém não indicado na publicação.                                 |
| <b>E-book sem numeração de página, com localizador</b> | “O desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas é bastante complexo, com seus processos de identidade e luta por cidadania” (Gomes, 2015, loc. 38).                | GOMES, Flávio dos Santos. <b>Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil</b> . São Paulo: Claro Enigma, 2015. E-book. (Coleção Agenda Brasileira).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

| DESCRIÇÃO                          | CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | NAS REFERÊNCIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Entrevista de pesquisa</b>      | Os documentos, “dessa forma, são avaliados com base no valor histórico que possuem” (Resposta do TJGO).                                                                                                                                                                                                                                                       | A autoria da declaração e as circunstâncias da entrevista devem ser mencionadas no corpo do texto, sem gerar referência bibliográfica. As citações diretas podem trazer informações de autoria da declaração entre parêntese, após as aspas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Jornal e portal de notícias</b> | <p>EX1. “Apesar de anos de negociações, promessas e cúpulas, as emissões de gases de efeito estufa aumentaram em um terço desde a primeira reunião [da COP]” (Volcovici; Valdmanis, 2025).</p> <p>EX2. A nova funcionalidade do PJe permitiu a identificação de assistentes de advocacia vinculadas(os) a um(a) mesmo(a) advogado(a) (Agência CNJ, 2025).</p> | <p>EX1. VOLCOVICI, Valerie; VALDMANIS, Richard. Em 30 anos de negociações, uso de combustível fóssil cresceu um terço. <b>UOL</b>, 07/11/2025. Disponível em: <a href="https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2025/11/07/em-30-anos-de-negociacoes-uso-de-combustivel-fossil-cresceu-um-terco.htm">https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2025/11/07/em-30-anos-de-negociacoes-uso-de-combustivel-fossil-cresceu-um-terco.htm</a>. Acesso em: 07 nov. 2025.</p> <p>EX2. AGÊNCIA CNJ. <b>PJe reforça segurança e permite identificação de assistentes de advogados com autenticação em dois fatores</b>. 06/11/2025. Disponível em: <a href="https://www.cnj.jus.br/pje-reforca-seguranca-e-permite-identificacao-de-assistentes-de-advogados-com-autenticacao-em-dois-fatores/">https://www.cnj.jus.br/pje-reforca-seguranca-e-permite-identificacao-de-assistentes-de-advogados-com-autenticacao-em-dois-fatores/</a>. Acesso em: 07 nov. 2025.</p> |

| DESCRIÇÃO                                                                                       | CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                  | NAS REFERÊNCIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Jurisprudência (inclui acórdão, decisão interlocutória, despacho, sentença, súmula etc.)</b> | O conselheiro relembrou a decisão do STF (2019) que criminaliza a LGBTfobia por equiparação ao crime de racismo, enfatizando que é necessário avaliar criticamente o que foi produzido em termos de políticas e práticas institucionais. | <p><b>ELEMENTOS ESSENCIAIS:</b><br/>STF. <b>Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 26.</b> Exposição e sujeição dos homossexuais, transgêneros e demais integrantes da comunidade LGBTI+ a graves ofensas aos seus direitos fundamentais em decorrência de superação irrazoável do lapso temporal necessário à implementação dos mandamentos constitucionais de criminalização instituídos pelo texto constitucional. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2019. Disponível em: <a href="https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344606459&amp;ext=.pdf">https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344606459&amp;ext=.pdf</a>. Acesso em: 10 nov. 2025.</p> <p><b>ELEMENTOS COMPLEMENTARES:</b><br/>STF. <b>Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 26.</b> Exposição e sujeição dos homossexuais, transgêneros e demais integrantes da comunidade LGBTI+ a graves ofensas aos seus direitos fundamentais em decorrência de superação irrazoável do lapso temporal necessário à implementação dos mandamentos constitucionais de criminalização instituídos pelo texto constitucional. Requerido: Congresso Nacional. Relator: Min. Celso de Mello. Julgado em 13 jun. 2019. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2019. Disponível em: <a href="https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344606459&amp;ext=.pdf">https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344606459&amp;ext=.pdf</a>. Acesso em: 10 nov. 2025.</p> |

| DESCRIÇÃO   | CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | NAS REFERÊNCIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Leis</b> | <p>EX1. “[...] ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (Brasil, 1988, art. 5, par. III)</p> <p>EX2. Há mais de dez anos, a Bahia (2014) aprovou seu estatuto de Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa, no entanto, as organizações e movimentos negros apontam que casos de racismo e intolerância seguem sendo oficialmente registrados pelas autoridades como outros crimes.</p> | <p>EX1. BRASIL. <b>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988</b>. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a>. Acesso em: 06 nov. 2025.</p> <p>EX2. BAHIA. <b>Lei Ordinária n. 13.182, 06 de junho de 2014</b>. Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2014. Disponível em: <a href="https://www.ba.gov.br/sepromi/sites/site-sepromi/files/2024-12/Estatuto_da_Igualdade__04%20%281%29.pdf">https://www.ba.gov.br/sepromi/sites/site-sepromi/files/2024-12/Estatuto_da_Igualdade__04%20%281%29.pdf</a>. Acesso em: 06 nov. 2025.</p> |



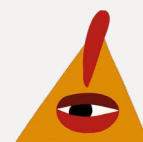
| DESCRIÇÃO                  | CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | NAS REFERÊNCIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Mais de uma autoria</b> | <p><b>ATÉ TRÊS PESSOAS:</b><br/>Quanto maior a capilaridade dos serviços e quanto mais integrado for o atendimento, maior será a eficácia da proteção e a capacidade de prevenir novas violências e salvar vidas (Lisboa; Teixeira; Pasinato, 2019).</p> <p><b>QUATRO OU MAIS PESSOAS:</b><br/>Hilton <i>et al.</i>* (2021) demonstram que, quanto maior o número e a gravidade dos episódios anteriores, maior a probabilidade de reincidência e de letalidade.</p> <p>*No corpo do texto, pode-se optar por grafar: “Hilton e colegas (2021)”. Dentro dos parênteses, porém, apenas o formato (Hilton <i>et al.</i>, 2021).</p> | <p><b>ATÉ TRÊS PESSOAS:</b><br/>LISBOA, Manuel; TEIXEIRA, Ana Lúcia; PASINATO, Wânia. <b>Formulário de Risk Assessment para o CNVD</b>: um instrumento para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério das Relações Exteriores; Diálogos União Europeia-Brasil, 2019.</p> <p><b>QUATRO OU MAIS PESSOAS:</b><br/>HILTON, N. Zoe <i>et al.</i>* Risk scores and reliability of the SARA, SARA-V3, B-SAFER, and ODARA among intimate partner violence cases referred for threat assessment. <b>Police Practice and Research</b>, v. 22, n. 1, p.157–172, 2021.</p> <p>*De 4-6 autorias, pode-se optar por registrar todos os nomes nas referências. Acima disso, é preferível apenas primeira autoria + <i>et al.</i></p> |
| <b>Podcast</b>             | Neste episódio, o Projeto Querino (2022) investiga as origens da escravidão no Brasil e o papel das elites na sustentação do sistema escravista.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | PODCAST PROJETO QUERINO. Episódio A grande aposta. [Locução de]: Tiago Rogero. Rádio Novelo, 06 ago. 2022. Podcast. Disponível em: <a href="https://projetoquerino.com.br/podcast-item/a-grade-aposta/">https://projetoquerino.com.br/podcast-item/a-grade-aposta/</a> . Acesso em: 07 nov. 2025.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

| DESCRIÇÃO                              | CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                   | NAS REFERÊNCIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Redes sociais</b>                   | “Raça não é recorte. Quando o pesquisador universaliza o sujeito, está se referindo ao branco, homem, hétero, cis, sem deficiências, classe média, ou seja, <i>universalizar</i> é o recorte máximo possível numa pesquisa” (Tavares, 2023, grifo nosso). | TAVARES, Jeane Saskya Campos. <b>Raça não é recorte</b> [...]. Salvador, 13/09/2023. Instagram: @saudementalpopnegra. Disponível em: <a href="https://www.instagram.com/p/CxIjgXYLOY-z/?igsh=NG9hd2c4a3VhbzRt">https://www.instagram.com/p/CxIjgXYLOY-z/?igsh=NG9hd2c4a3VhbzRt</a> . Acesso em: 06 nov. 2025.                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Revista/ periódico acadêmica(o)</b> | “A maior parte do dinheiro que antes era destinada à libertação de pessoas negras passaria a ser empregada em seu encarceramento em massa” (Cruz, 2024, p. 19).                                                                                           | CRUZ, Itan. Qual foi o destino do dinheiro do Fundo de Emancipação pós-abolição? Projetos, protestos e disputas (1884-1890). <b>Revista de História</b> , São Paulo, n. 183, 2024.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Slides</b>                          | “Estar diante de uma provável ‘morte sem corpo’ faz com que cada família vivencie esse processo de maneira singular” (Chrispino, 2025, slide 5).                                                                                                          | CHRISPINO, Raquel Santos Pereira. <b>Da Ausência à Morte Presumida</b> : O status jurídico de pessoas desaparecidas e seus familiares. 05/06/2025. Apresentação de Power Point. Disponível em: <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/06/apresentacoes-do-iii-encontro-sobre-os-aspectos-juridicos-do-desaparecimento.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/06/apresentacoes-do-iii-encontro-sobre-os-aspectos-juridicos-do-desaparecimento.pdf</a> . Acesso em: 06 nov. 2025. |

| DESCRIÇÃO                              | CITAÇÃO                                                                                                                                                                        | NAS REFERÊNCIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Tese, dissertação ou monografia</b> | “Apesar das garantias legais de direitos especiais à pessoa idosa, as mulheres em situação de rua não parecem ser contempladas por medidas protetivas” (Bortoli, 2017, p. 54). | <b>ELEMENTOS ESSENCIAIS:</b><br>BORTOLI, Suzana Rozendo.<br><b>Mulheres adultas em situação de rua e a mídia:</b> histórias de vida, práticas profissionais com a população de rua e representações jornalísticas. 2017. Tese (Doutorado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.<br><br><b>ELEMENTOS COMPLEMENTARES:</b><br>BORTOLI, Suzana Rozendo.<br><b>Mulheres adultas em situação de rua e a mídia:</b> histórias de vida, práticas profissionais com a população de rua e representações jornalísticas. Orientadora: Alice Mitika Koshiyama. 2017. 217f. Tese (Doutorado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. |

#### IMPORTANTE!

Embora as normas da ABNT definam como opcional a utilização do nome completo ou abreviaturas de autorias nas referências, no âmbito do JusPlu utilizamos sempre os nomes completos, aderindo a uma prática de visibilização da diversidade de gênero na produção de conhecimento.



## 4.2.2 Sistema numérico

Neste formato, a indicação de fonte é feita no rodapé, por meio de numeração única em algarismos arábicos. Esta sequência numérica deve ser repetida na lista de referências ao final do trabalho, ou seja, as referências NÃO devem estar em ordem alfabética, mas seguir a sequência numérica do texto.

A indicação da numeração e do número de página pode ser feita entre parêntese, alinhada ao texto, ou sobrescrito.

### IMPORTANTE!

O sistema numérico não pode ser utilizado quando houver outros tipos de notas de rodapé no documento.



### EXEMPLOS

#### No texto

A Política Judiciária Nacional de Atenção às Comunidades Quilombolas<sup>1</sup> expressa o reconhecimento institucional da necessidade de proteção dos direitos quilombolas como direitos fundamentais.

A ancestralidade deve ser tomada como princípio organizador da vida coletiva e base para a continuidade cultural<sup>1</sup>.

#### No rodapé e nas referências

<sup>1</sup> CNJ. **Resolução n. 599, de 13 de dezembro de 2024**. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5904>. Acesso em: 11 maio 2025.

#### No texto

“Apesar das garantias legais de direitos especiais à pessoa idosa, as mulheres em situação de rua não parecem ser contempladas por medidas protetivas” (7, p. 54).

“Apesar das garantias legais de direitos especiais à pessoa idosa, as mulheres em situação de rua não parecem ser contempladas por medidas protetivas”<sup>7</sup>, p. 54.

#### No rodapé e nas referências

<sup>7</sup> BORTOLI, Suzana Rozendo. **Mulheres adultas em situação de rua e a mídia:**

histórias de vida, práticas profissionais com a população de rua e representações jornalísticas. 2017. Tese (Doutorado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

## 4.2.3 Sumário

Todos os documentos divididos em capítulos e/ou seções devem conter sumário. É importante que o arquivo enviado para a revisão textual e diagramação já contenha este item, a fim de facilitar tais etapas do processo.

### DICA!

O [SUPORTE ONLINE DO WORD](#) oferece um passo a passo de como gerar um Sumário automático, que também pode ser acessado no menu Ajuda no próprio Word.



O Sumário deve estar localizado logo após os elementos pré-textuais (capa, expediente, ficha técnica, ficha catalográfica). E é composto pela sequência numérica de seções e subseções seguida de títulos e subtítulos, como no exemplo a seguir:

### SUMÁRIO

|                                                                                                            |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. O PROGRAMA.....</b>                                                                                  | <b>10</b> |
| 1.1. Equipe e seleção afirmativa .....                                                                     | 16        |
| <b>2. PROJETOS .....</b>                                                                                   | <b>18</b> |
| 2.1. Aperfeiçoamento da Governança em Direitos Humanos do<br>Poder Judiciário .....                        | 19        |
| 2.2. Promoção do Acesso à Justiça .....                                                                    | 23        |
| 2.3. Fortalecimento do Programa de Proteção a Crianças e<br>Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) ..... | 25        |
| 2.4. Proteção de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital .....                                         | 27        |
| 2.5. Aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional para Mulheres .....                                        | 29        |
| 2.6. Aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional para Pessoas LGBTQIA+ .....                                | 32        |
| 2.7. Fortalecimento da Política Nacional Judicial de Atenção às<br>Pessoas em Situação de Rua.....         | 38        |
| 2.8. Fortalecimento da Política Nacional do Poder Judiciário para o<br>Meio Ambiente .....                 | 41        |
| 2.9. Aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional em casos de<br>Pessoas Desaparecidas.....                  | 43        |
| 2.10. Fortalecimento do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial.....                             | 48        |
| 2.11. Preservação da Memória da Escravidão e da Liberdade.....                                             | 51        |
| 2.12. Aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional para Pessoas e<br>Comunidades Quilombolas.....            | 53        |
| <b>3. ATUAÇÃO EM REDE .....</b>                                                                            | <b>56</b> |
| <b>4. COMUNICAÇÃO.....</b>                                                                                 | <b>60</b> |

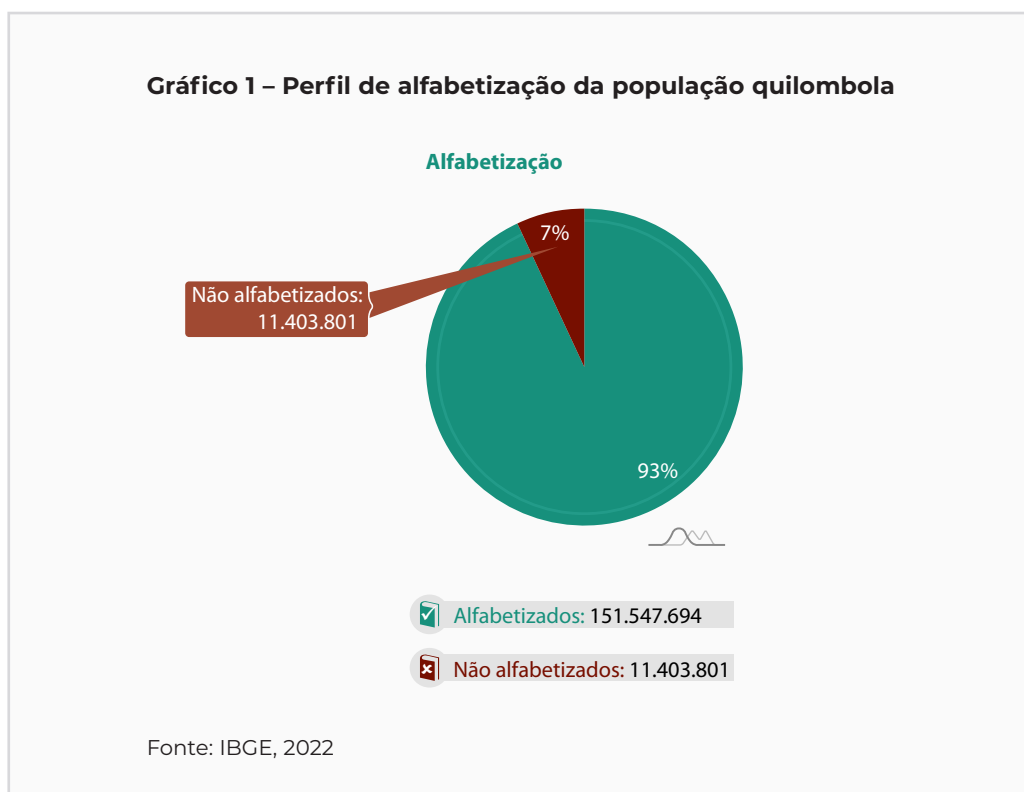
## 4.2.4 Gráficos, tabelas e imagens

Ilustrações devem ser identificadas com seu tipo, numeração e título, seguidas de legenda que contenha, necessariamente, informações sobre a fonte, ou seja, todas as ilustrações, obrigatoriamente, devem ser legendadas. Deve-se adotar o mesmo sistema de citação adotado no restante do documento (autor-data ou numérico). Além disso, a legenda pode trazer a descrição da imagem ([VER. BOAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE](#)).

A fonte do título deve ter o mesmo tamanho utilizado no restante do texto, já a legenda deve ter 1pt a menos.

Para facilitar o trabalho do Núcleo de Design, a tabulação de tabelas e gráficos em uma planilha .xls deve ser disponibilizada para a equipe à parte. Todas as ilustrações, incluindo gráficos e tabelas, também devem ser enviadas à parte, preferencialmente em arquivo .png. Para garantir uma boa visualização, as imagens devem ter, no mínimo, 1500 pixels.

### EXEMPLOS



### Nas Referências

IBGE. **O Brasil quilombola**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

**Tabela 3 – Percentual de casos novos e casos pendentes, em relação ao total de casos de saúde, nos temas da saúde pública e suplementar – região Nordeste (2023)**

| UF | Casos novos % |                   | Casos pendentes % |                   |
|----|---------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|    | Saúde Pública | Saúde Suplementar | Saúde Pública     | Saúde Suplementar |
| AL | 23            | 81                | 52                | 50                |
| BA | 23            | 78                | 41                | 61                |
| CE | 62            | 40                | 60                | 42                |
| MA | 66            | 36                | 64                | 39                |
| PB | 66            | 34                | 57                | 43                |
| PE | 27            | 77                | 24                | 79                |
| PI | 68            | 36                | 72                | 31                |
| RN | 58            | 44                | 55                | 47                |
| SE | 68            | 36                | 64                | 40                |

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de CNJ (2024b)

**Nas Referências**

CNJ. **Estatísticas de Judicialização da Saúde 2023**. Brasília: CNJ, 2024b.

## 4.2.5 Boas práticas para visualização de dados

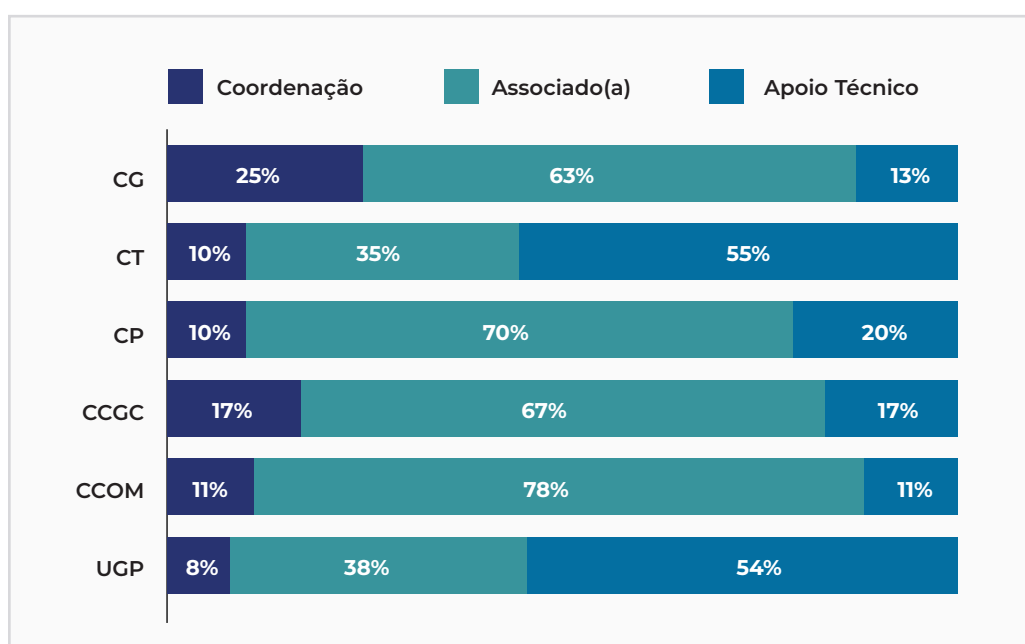
Além dos itens e formatos obrigatórios para a formulação de tabelas e gráficos já apresentados, destacam-se ainda algumas boas práticas que devem ser adotadas na construção desses:

**Proporção e legibilidade:** garantir proporções adequadas entre os elementos visuais do gráfico, revisando o tamanho de legendas, os rótulos de dados e a espessura das barras. Evitar excesso de informação e desbalanceamento visual, pois esses fatores comprometem a leitura e a compreensão dos dados.

**Limpeza visual:** priorizar gráficos visualmente limpos e objetivos. Remover números entre parênteses nos rótulos de dados e apresentar o total de casos por escrito abaixo do gráfico. Quando todos os gráficos compartilham a mesma fonte, evitar a repetição do título do relatório em cada imagem, concentrando essa informação no início da análise (por exemplo, em rodapé) ou na seção de Metodologia. Sempre que possível, eliminar linhas de grade de fundo para reduzir ruído visual.

**Uso das cores:** manter consistência cromática para categorias pertencentes a uma mesma pergunta ou análise. Alterar cores apenas quando houver segmentações analíticas claras, como comparações entre grupos ou cruzamentos de variáveis. Evitar variações de cor que possam induzir interpretações equivocadas ou sugerir diferenças inexistentes.

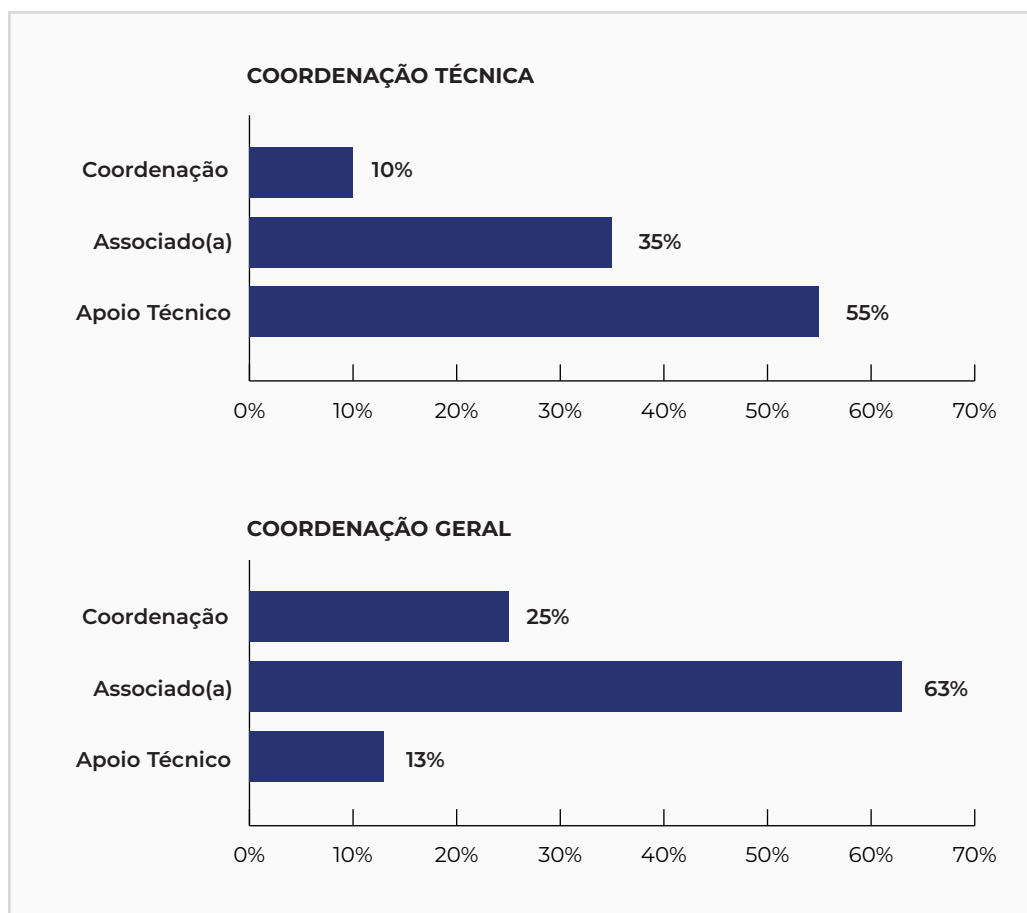
### EXEMPLO





**Padronização de escalas:** padronizar as escalas em gráficos do mesmo tipo que se repetem ao longo do texto, de modo a facilitar a comparação entre resultados. Evitar o uso de escalas distintas dentro de uma mesma análise (por exemplo, 0–40%, 0–60% e 0–80%), pois isso dificulta a leitura comparativa e pode levar a conclusões incorretas.

EXEMPLO



**Legendas e títulos:** utilizar legendas que representem categorias analíticas, e não a redação literal das respostas do questionário. Harmonizar os títulos dos gráficos com o eixo analítico da seção, evitando a simples repetição dos enunciados das perguntas. Os títulos devem constar apenas no texto analítico, e não incorporados à imagem do gráfico, prevenindo duplicações e excesso de informação visual.



## 4.3 BOAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE

---

No Brasil, o direito à acessibilidade está previsto na Lei n. 10.098/2000, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e no decreto n. 5.296/2004, que regulamenta tal lei; também no Decreto n. 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; e na Lei n. 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

No entanto, o conceito de acessibilidade não deve estar atrelado apenas ao direito de pessoas com deficiência. Seu significado é o de construir alternativas para transpor barreiras que existem na sociedade, sejam elas arquitetônicas, de comunicação, de atitude etc. Assim, a ideia de acessibilidade deve ser entendida como forma de garantir que **todas as pessoas** possam participar efetivamente da vida social em diversos âmbitos.

Nesse sentido, o conceito de **desenho universal** propõe a construção de soluções de acessibilidade que incluam todas as pessoas: com deficiência, sem deficiência, pessoas com limitações temporárias ou adquiridas. Por exemplo, uma rampa pode ser um aparelho de acessibilidade arquitetônica que possibilita acesso para pessoas com deficiências físicas, mobilidade reduzida, pessoas grávidas ou idosas, alguém que machucou ou fraturou o pé, crianças aprendendo a caminhar, dentre outras.

Da mesma maneira, reduzir barreiras em textos impressos ou digitais pode promover acessibilidade para pessoas com deficiência visual ou intelectual, com capacidade de concentração reduzida por alguma condição específica ou mesmo por cansaço ou uso de medicamentos.

A seguir, há uma lista de boas práticas que podem ser adotadas em documentos para diminuir barreiras de acesso. O uso de tais práticas não é obrigatório nos documentos produzidos pelo Justiça Plural, mas deve ser considerado sempre que possível.

Todas essas práticas sugeridas apoiam-se em diretrizes adotadas por instituições públicas nacionais e internacionais, bem como em pesquisas acadêmicas sobre acessibilidade (Brasil; NIC.Br; UK Government, 2023; CNMP, 2024; Garcia; Araújo, 2024; IxDF, 2024; Salton; Dall Agnol; Tucartti, 2017; Silva, 2022; TCU, 2020; UFSCar, 2021).

**Cores:** opte por cores que tragam bom contraste para leitura dos textos e visualização das imagens. Texturas, padrões e formas também podem ser adotados para diferenciar elementos. Há ferramentas gratuitas que podem ser utilizadas para testar se a composição de cores tem um bom contraste, dentre elas, a [ADOBE COLOR](#).

### Exemplos de contraste efetivo e não efetivo entre cor do texto e plano de fundo

Exemplo de bom contraste entre o plano de fundo e o texto

Exemplo de bom contraste entre o plano de fundo e o texto

Exemplo de contraste ruim entre o plano de fundo e o texto

Exemplo de contraste ruim entre o plano de fundo e o texto

Exemplo de utilização de imagem de fundo, o que pode dificultar a leitura do texto

Exemplo de utilização de fundo decorado, o que pode dificultar a leitura do texto

Fonte: adaptado de Salton; Dall Agnol; Tucartti (2017, p. 66).

**Destaques:** evite destacar palavras com sublinhado, pois ele pode dificultar a leitura para algumas pessoas. Prefira sempre que possível destaques em negrito ou maiúsculas. Pelo mesmo motivo, os itálicos devem ser utilizados apenas em frases ou textos curtos.

**Disposição do texto:** quando possível, evite dividir o texto em colunas, pois essa pode ser uma barreira tanto para leitores de tela quanto para pessoas com dificuldade de concentração. Em documentos digitais, o texto alinhado à esquerda (não justificado) e dividido em blocos não muito grandes é mais confortável para leitura.

**Escrita simples:** a escrita simples também deve ser considerada uma ferramenta de acessibilidade, pois facilita a compreensão do texto para uma diversidade de pessoas, com e sem deficiência ([VER. LINGUAGEM SIMPLES](#)).

**Espaçamento:** espaços de respiro entre título e textos e entre parágrafos trazem conforto à leitura. Também é importante garantir um espaçamento equilibrado entre linhas e entre letras. Neste caso, não há recomendação de espaçamento mínimo.

**Fontes:** em documentos impressos ou digitais, prefira sempre fontes sem traços decorativos (não serifadas) — tais como Arial, Helvetica, Verdana, Calibri e Roboto —, com boa diferenciação de caracteres e de tamanho médio a grande.

**Hifenização de parágrafos:** evite sempre que possível, pois a hifenização pode ser uma barreira para leitores de tela e transcritores para Libras.

**Imagens, gráficos e tabelas:** é recomendado que haja descrição em texto para todas as imagens, inclusive gráficos e tabelas. Para os documentos impressos, essa descrição pode vir na legenda da imagem. Uma boa fórmula para essa descrição inclui: identificar o tipo de imagem (foto, ilustração, mapa, gráfico; e “o que/quem”); localizar (onde); descrever a ação (o que faz, como faz); referenciar (quando). Evite adjetivos que expressem juízo de valor: bom/mau, bonito/feio etc. Além disso, é preciso garantir legibilidade e bom contraste tanto em imagens, quanto em gráficos e tabelas ([VER. BOAS PRÁTICAS PARA VISUALIZAÇÃO DE DADOS](#)).

**Links:** caso seja necessário incluir links no texto digital, prefira indicá-los em frases como “Acesse o site [nome do site]” ou “Leia mais sobre em [nome do documento]”. Isto facilita a compreensão das pessoas que utilizam leitores de tela e transcritores.

**Padronização:** traz previsibilidade ao texto, o que o torna confortável para todas as pessoas, sendo um importante suporte para pessoas com TDAH, TEA e dislexia ([VER. PADRONIZAÇÕES](#)).

**Pontuação:** assim como a padronização, traz previsibilidade ao texto, auxilia na compreensão e facilita o entendimento para pessoas que usam leitores de tela.

**Sumário:** para os documentos digitais, prefira o uso de sumário automático, que auxilia a navegação de leitores de tela, transcritores para Libras e outros aplicativos de acessibilidade.

The background features a dark blue field with a series of vertical, tapered shapes resembling pencil tips. These shapes are colored in various shades: red, green, dark blue, orange, black, and yellow. The word "BIBLIOGRAFIA" is centered in a large, white, bold, sans-serif font.

# BIBLIOGRAFIA

---

MANUAL DE REDAÇÃO

PROGRAMA JUSTIÇA PLURAL

## BIBLIOGRAFIA



BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 3. ed. Rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018.

BRASIL; NIC.BR; UK GOVERNMENT. **Guia de boas práticas para acessibilidade digital** — Cooperação entre Reino Unido e Brasil em acesso digital. Brasília: NIC.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acesibilidade-e-usuario/acesibilidade-digital/guiaboaspraaticasparaacesibilidadedigital.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

CNJ. **Manual de padronização**: atos e publicação do Conselho Nacional de Justiça. Brasília: CNJ, 2021.

CNMP. **Guia básico de acessibilidade na Comunicação**: condutas e ações em eventos promovidos pelo Ministério Público Brasileiro. Brasília: CNMP, 2024.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3ª ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GARCIA, Rafael Marques; ARAÚJO, Célia Maria de. Práticas de acessibilidade na elaboração de *e-books* acessíveis a estudantes com deficiência visual. In: **Anais CIET:Horizonte**, São Carlos-SP, v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/2196>. Acesso em: 10 nov. 2025.

IxDF. **What is readability in UX/UI design?** 2024. Disponível em: <https://www.interaction-design.org/literature/topics/readability-in-ux-design#readability-in-ux-design-faqs>. Acesso em: 26 nov. 2025.

## BIBLIOGRAFIA

JUSTIÇA DO TRABALHO. **Manual de Comunicação Social e Redação Jornalística da Justiça do Trabalho**: normas de atuação, conteúdo, estilo e redação para os canais de comunicação social do Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho. 1. ed. Brasília: Justiça do Trabalho, 2022.

KNAFLIC, Cole Nussbaumer. **Storytelling com Dados**: um Guia Sobre Visualização de Dados Para Profissionais de Negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

MPF. **Manual de redação da Comunicação Social do MPF**. Portaria PGR/MPF n. 63, de 4 de fevereiro de 2019. Brasília: MPF, 2019.

ONS. **1º Guia de Linguagem Inclusiva & Expressões para conhecermos e evitarmos**. Brasília: Operador Nacional do Sistema Elétrico, [2023?].

SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TUCARTTI, Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. Bento Gonçalves, RS: IFRS, 2017.

SENADO FEDERAL. **Manual de Redação da Secom**. 2012. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/>. Acesso em: 24 out. 2025.

SILVA, Camila Marques e. **Projeto gráfico-editorial de livro com acessibilidade para dislexia e TDAH**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Design) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Design, Florianópolis (SC), 2022.

STRACHNYI, Kate. **A Cor dos Dados**: Um guia para o uso de cores em storytelling de dados. São Paulo: Novatec, 2023.

TCU. **Criando documentos digitais acessíveis**. Brasília: TCU, Segecex, 2020.

UFSCAR. **Guia para produção de documentos e conteúdos digitais acessíveis para o Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar**. São Carlos: UFSCar, 2021.



